

Editorial

SERGIO RUY BARBOSA
Presidente do Consad



A Ampliação da visibilidade

Pela primeira vez, o Congresso Consad de Gestão Pública, em sua 4ª edição, entrou nas redes sociais. Contamos com cobertura on-line de painéis pelo Twitter – que foram sintetizados em 255 mensagens de conteúdo. Entrevistas com palestrantes foram publicadas no Youtube, fotografias foram disponibilizadas em tempo real (Flirck) e reportagens, que sintetizavam discussões, foram postadas no Facebook.

O resultado é que o evento foi seguido diretamente por 127 mil pessoas. E obteve uma audiência total de outras 493 mil, somando o público que teve contato com o evento por meio da retransmissão do conteúdo feita por essas 127 mil iniciais. Ou seja: quase meio milhão de internautas entrou em contato com as discussões do Congresso Consad, que tratam de gestão pública, tema fundamental para o desenvolvimento do país. Além disso, as redes amplificam e democratizam ainda mais o conteúdo do evento que já é o maior do gênero no Brasil.

Este ano, participaram do Congresso, 1.8 mil pessoas. Mas por meio das redes sociais as discussões, sem dúvida, se capilarizaram tanto em razão do alcance quanto pelo tipo de linguagem utilizada nas redes, menos técnica, mais diversificada e combinada – textos curtos, vídeos e mensagens.

Dessa forma, com linguagem e formato novos até então para o Conselho, o Consad entra nas redes como porta-voz da gestão pública, ocupando mais um espaço de visibilidade com temas relevantes para o país como eficiência do gasto público, transparência e gestão de pessoas.

Fazer com que o tema gestão pública ocupe novos espaços é fundamental para que a sociedade como um todo comece a se apropriar da discussão e a temática entre definitivamente na agenda do país.

Não por acaso, o controle social, um dos pilares da transparência e consequentemente da eficiência na gestão pública, é um dos temas que mais interessam os cidadãos, e os internautas, e impulsionam os governos a criarem plataformas digitais. É o que mostra a entrevista do governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul. Já a reportagem de capa revela o IV Congresso Consad de Gestão pela ótica de quem o acompanhou por meio das redes sociais.

Boa Leitura!

Sumário

- 4** CAPA
Congresso Consad chega a Web 2.0
- 8** ENTREVISTA
Gabinete digital estreita relação do governo com o cidadão
- 11** NOVO COLEGIADO
Conselho Nacional de Secretários de Administração recebe 21 novos membros
- 12** ALAGOAS
Segesp investe na Central de Atendimento ao Cidadão
- 13** BAHIA
Bahia implanta projeto de redução dos gastos públicos
- 15** CEARÁ
Governo lança edição 2011 do Prêmio Ceará Gestão Pública
- 16** DISTRITO FEDERAL
Distrito Federal cria pasta com foco nos servidores
- 19** ESPÍRITO SANTO
Espírito Santo define Alinhamento Estratégico
- 22** MATO GROSSO
Novo portal garante transparência na administração do MT
- 24** MINAS GERAIS
Minas Gerais desenvolve terceira geração do Choque de Gestão
- 29** PARÁ
Pacto pelo Pará vai nortear ações do governo
- 32** PARAÍBA
Paraíba reduz 6% do comprometimento da folha no 1º semestre
- 33** PERNAMBUCO
Projeto de telemática do Governo reduz custos e agrega serviços
- 35** RIO DE JANEIRO
Estado adota nova logística no abastecimento de combustíveis
- 39** RIO GRANDE DO SUL
Governo estadual cria Comitê de Diálogo Permanente
- 41** RORAIMA
Segad investe em canais de comunicação para se aproximar do servidor
- 43** SANTA CATARINA
Santa Catarina aposta na Educação à Distância para capacitação de servidores
- 45** SÃO PAULO
Equilibrando merecimento e responsabilidade fiscal
- 47** TOCANTINS
Governo tocantinense faz aposta no servidor público



IV CONGRESSO CONSAD de Gestão Pública

Centro de Convenções Ulysses Guimarães,
Brasília/DF 25 a 27 de maio de 2011

www.consad.org.br

do Pla

SIL

CO

BRASIL

Congresso Consad chega a Web 2.0

Com as redes sociais, discussão sobre Gestão Pública alcança novos públicos

ANA CAROLINA MARQUES E TÁSSIA ASSUNÇÃO ■

O Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) vem investindo fortemente na ampliação da discussão sobre gestão pública em todo país. É possível identificar os avanços alcançados nos últimos anos nas administrações públicas, como novos paradigmas nas estruturas organizacionais, no estabelecimento de metas, na redução da máquina estatal e na prestação de serviços de qualidade, que passou a ter um novo olhar sobre o papel do cidadão: o de clientes dos serviços públicos.

Destacar a importância do tema e popularizar a discussão para toda sociedade é parte fundamental do processo de profissionalização da gestão pública. Para isso, o Consad vem investindo no conhecimento sobre a gestão em várias frentes, como a publicação do livro *Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados*, que está em sua segunda edição, a realização dos fóruns trimestrais e, principalmente, o Congresso Consad, que em sua IV edição reuniu 1,8 mil participantes, entre os dias 25 e 27 de maio, em Brasília. Além do crescente número de participantes, a quarta edição do evento trouxe uma ação inédita para a visibilidade do Conselho: pela primeira vez o Consad utilizou as mídias sociais na cobertura das palestras e painéis.

Foram criados perfis oficiais do IV Congresso no twitter, facebook, youtube e flickr - site caracterizado como uma rede social de hospedagem e partilha de fotografias, que geravam conteúdo praticamente em tempo real. No twitter, os trabalhos foram sintetizados em 255 mensagens, impactando 250 mil pessoas; No facebook, foram 23 publicações oficiais, atingindo 2.230 pessoas diretamente e mais de 10 mil usuários no total. Somados, os quatro canais permitiram que o evento fosse seguido diretamente por 127 mil pessoas, e obteve uma audiência total de 493 mil pessoas.

“Focamos o trabalho principalmente na comunicação com o público qualificado. Blogueiros, tuiteiros, moderadores de comunidade que falam sobre gestão pública, pois possuem credibilidade e são capazes de escrever e entender de maneira clara e adequada sobre o tema. São o que chamo de ‘líderes

de matilha’. Além de ajudar a pautar a mídia tradicional, eles acabam virando porta-vozes informais e impactando outros públicos”, explica Rizzo Miranda, diretora-executiva da agência de comunicação digital FSB PR Digital.

O uso das mídias sociais é um assunto novo, mas que já ganhou um espaço fundamental nas organizações, principalmente após o sucesso do caso Obama, que fez da ferramenta um trunfo de sua campanha. Os perfis do então candidato nas redes foram responsáveis por 87% de toda a arrecadação da campanha de Obama, chegando a

registrar US\$100 milhões apenas no mês de setembro. O presidente atingiu no período a marca de 130 mil seguidores no twitter, e chegou a postar 1800 vídeos no Youtube, que acumularam 19 milhões visualizações.

As redes também são aliadas no mundo corporativo. Pesquisa divulgada pela revista Business Week, empresas que aderiram às estratégias online bem no início registraram índice de crescimento de suas vendas na casa dos 18%. Diante desse cenário, as ferramentas se tornaram indispensáveis para as companhias e organizações públicas.

Mas é preciso estar preparado para fazer da web 2.0 sua aliada. Saber disseminar o conhecimento e estar pronto para responder aos questionamentos são questões chaves para o bom posicionamento e um bom retorno da imagem.

COM O AUMENTO DE USUÁRIOS E AO SE ACOSTUMAREM COM O USO DA INTERNET, ELES (USUÁRIOS) SE TORNARAM MAIS EXIGENTES COM RELAÇÃO AOS SITES DOS GOVERNOS E TAMBÉM PASSARAM A FAZER COBRANÇAS ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

PAULO RODRIGO TEIXEIRA

Para o especialista em Marketing Digital e professor de pós graduação da FACHA e ESPM, Paulo Rodrigo Teixeira, o primeiro passo para entrar no mundo digital é entender a função de cada uma das redes sociais. “Saber a diferença entre o twitter, o facebook e o linkedin não apenas nas funcionalidades das ferramentas, mas no público alvo, a expectativa de seus participantes e na real função da rede possibilita não só escolher a melhor estratégia para cada uma como até não estar presente em uma delas”.

No Rio Grande do Sul, a comunicação com a população através da mídia social já é realidade: desde maio de 2011, o projeto Gabinete Digital promove encontro online do governador com servidores e cidadãos, permitindo a interação direta entre eles acerca de temas relacionados à administração estatal.

A ferramenta ajudou o Estado a conduzir suas ações de forma positiva e transparente. Um bom exemplo disso foi a polêmica em torno da aprovação pela Assembleia Legislativa de uma lei que obrigava a tradução de expressões estrangeiras. Segundo o governador Tarso Genro, o tema entrou rapidamente na agenda da opinião pública e nas redes sociais. Com toda a repercussão sobre vetar ou sancionar a lei, o governo lançou o uso das ferramentas existentes no Gabinete Digital para ouvir professores, linguistas, especialistas em geral e reunir subsídios sobre o tema, e a partir daí definir as decisões a serem tomadas.



TER ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE O CONGRESSO CONSAD, POR MEIO DAS NOVAS MÍDIAS, PODE SER UM PRIMEIRO PASSO PARA SE ATUALIZAR SOBRE UM NOVO DEBATE. O IMPACTO DO CONGRESSO AUMENTA E SE TORNA PERMANENTE, DADO QUE NEM TODOS PODEM PARTICIPAR PRESENCIALMENTE DO CONGRESSO.

EVELYN LEVY



Paulo Rodrigo Teixeira acredita que a presença dos órgãos públicos na web é fundamental e cobrada pelos usuários. “O computador se transformou em um agente social integrador, de aprendizado e até de transformação na vida das pessoas. Ao se popularizar o acesso a banda larga e com o barateamento do acesso a computadores, as pessoas terão acesso a meios de comunicação baratos, a diferentes oportunidades de negócio geradas pelo canal. Com o aumento de usuários e ao se acostumarem com o uso da internet, eles se tornaram mais exigentes com relação aos sites dos governos e também passaram a fazer cobranças através das redes sociais”, afirma.

facebook

- # 60 fãs
- # 23 publicações oficiais.
- # Interação com os outros canais da rede criados para o evento, atingindo 2.230 pessoas diretamente e mais de 10 mil usuários no total

You Tube

- # 12 vídeos publicados
- # 82 exibições do canal e 338 exibições dos vídeos enviados

twitter

- # 104 seguidores
- # 255 tweets publicados pelo perfil oficial.
- # Impacto potencial de 250 mil pessoas através de 792 publicações

flickr™

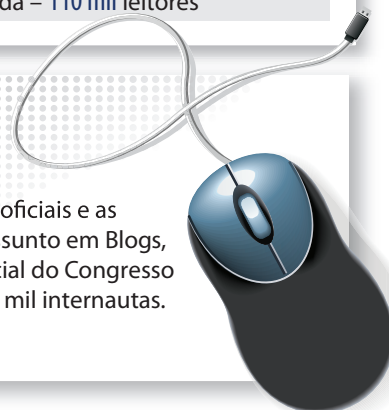
- # 109 fotos
- # 446 visualizações das fotos publicadas

Blogger™

- # No total, 157 blogs receberam divulgações sobre o IV Congresso Consad de Gestão Pública
- # Mais de 25 textos foram produzidos por blogs espalhados pelo Brasil
- # Audiência estimada – 110 mil leitores

IMPACTO TOTAL:

Somando as redes oficiais e as repercussões do assunto em Blogs, a audiência potencial do Congresso ultrapassou os 500 mil internautas.





IV Congresso Consad de Gestão Pública

O novo papel do cidadão na construção da Gestão Pública

Para o Consad, a entrada nas mídias sociais pode significar um avanço na universalização do tema. Evelyn Levy, consultora do Conselho e especialista em gestão pública, lembra que o universo da administração pública no Brasil hoje abrange mais de 10 milhões de servidores, trabalhando nas prefeituras, governos estaduais e no Governo Federal, no Judiciário e nos diferentes órgãos legislativos.

“O número de interessados potenciais pode ainda ser ampliado, para além dos servidores, se considerarmos outros interessados, como titulares de órgãos públicos, ocupantes de cargos eletivos, estudantes e estudiosos dos temas da Gestão Pública. Para uma boa parte, ter acesso às informações sobre o Congresso Consad, por meio das novas mídias, pode ser um primeiro passo para se atualizar sobre um novo debate, para o conhecimento de uma nova experiência e/ou para se integrar à alguma rede. Dessa maneira o impacto do congresso aumenta e se torna permanente, dado que nem todos podem participar presencialmente do congresso”, avalia.

Evelyn acredita ainda que esse novo alcance da informação pode influenciar na maneira que o cidadão se preocupa com as atividades do governo. “Além de envolver a ‘policy community’, ou seja daqueles que tem uma ligação profissional com a Gestão Pública, a ampliação da comunicação pode

traduzir para os cidadãos, com maior clareza, os avanços e limitações do setor público no Brasil. Como qualquer outra política pública, a política de Gestão Pública, entendida como a organização eficiente e democrática dos recursos públicos, só irá se fortalecer à medida que os cidadãos compreenderem suas implicações e lutarem politicamente para que seus representantes lhe dêem prioridade”.

O Subsecretaria de Carreiras, Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, Paulo Cesar Medeiros, acredita que as redes sociais permitem uma nacionalização das discussões que antes não era possível: “Uma situação vivida por um estado da região Sul, por exemplo, pode ganhar força nas redes e influenciar movimentos no Rio Grande do Norte ou em Manaus. A gestão pública só tem a ganhar com este compartilhamento nacional”.

Para o presidente do Consad, Sérgio Ruy Barbosa, as mídias sociais podem ser aliadas do cidadão no acompanhamento não só dos serviços oferecidos pelo Estado, mas também nas áreas base como transparência e controle de gastos públicos. “Quanto maior for a importância do tema, maior será a participação do cidadão para que os governos desempenhem seu papel de gestor com eficiência. E quem ganha com isso é a sociedade, com a oferta de serviços de qualidade”, avalia.



Unos días de trabajo extranjero

A lo largo de la semana pasada, como profesor de la asignatura de idiomas extranjeros en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Sevilla, pude conocer a los estudiantes de esta asignatura y a los profesores que les enseñan.

Los estudiantes de esta asignatura son muy curiosos y con ganas de aprender. Los profesores son muy buenos y con ganas de enseñar.

Por último,

¡Gracias!

Don Manolo

[Ver más](#)

Gabinete digital estreita relação do governo com o cidadão

CONSAD ■

O governador eleito do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, é o anfitrião do LXXXII Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração, em Gramado. Trata-se de um evento que reúne os membros do Conselho Nacional de Estados da Administração (Consad) e especialistas em administração pública para debater os avanços da gestão pública brasileira.

Em entrevista à revista Governança & Desenvolvimento, Tarso Genro fala da experiência de seu governo com as

ferramentas digitais. O governador apresenta o projeto Gabinete Digital, que trouxe para o RS uma nova forma de comunicação entre governo e sociedade, atrelando tecnologia e modernidade à clareza de informação.

Hoje, a cultura do Rio Grande do Sul é construída dia após dia com base em interação, acesso às opiniões públicas e transparência. Nesta entrevista, o governador mostra como o estado vem trabalhando para se tornar referência em gestão pública para o restante do país.

O que é o Gabinete Digital, recém lançado pelo seu governo? A partir de quais referências ele foi constituído?

O avanço da tecnologia faz conferir um novo significado ao que costumávamos chamar de reunião. Ao mesmo tempo em que presencialmente conversamos, também é possível nos conectarmos às redes sociais, tuitarmos, enfim, estabelecer simultaneamente diferentes formas de interação. Essa é a dimensão em que as coisas se apresentam a partir de agora. É essencial ao estado, aos gestores públicos, estarem efetivamente preparados para encararem essas novas práticas.

É nessa perspectiva que nasce o Gabinete Digital, um projeto que congrega diferentes ferramentas digitais que tem o objetivo de permitir uma interação direta entre o Governador e a sociedade.

De que modo os temas em debate pelo Gabinete Digital contribuem para a tomada de decisões do Governo?

Importante ressaltar que o Gabinete Digital não se trata de uma Ouvidoria, mas de uma ferramenta que tem como premissa estimular uma nova cultura de participação na gestão pública por meio do estabelecimento de um canal direto de diálogo e colaboração com a sociedade a partir do uso dessas ferramentas digitais. É, sem dúvida, uma ferramenta que afina a sensibilidade do Governo na condução das suas ações. Exemplo disso foi a recente polêmica aqui no Rio Grande do Sul acerca da aprovação pela Assembléia Legislativa

de uma lei que obrigava a tradução de expressões estrangeiras. O tema rapidamente entrou na agenda da opinião pública e nas chamadas redes sociais. Para amparar nossa decisão sobre vetar ou sancionar a lei, lançamos uso de uma das ferramentas do Gabinete Digital, chamada Governo Escuta. Assim, reunimos especialistas, professores, lingüistas, estimulamos a participação via internet e obtivemos relevantes subsídios sobre o tema, o que facilitou o encaminhamento da questão por parte do Governo.

Também através dos canais propiciados pelo Gabinete Digital, o Governo retomou recentemente o debate sobre a valorização dos servidores da segurança pública e a autonomia do Corpo de Bombeiros. No caso dos bombeiros, esses, mobilizando-se virtualmente, ao compreenderem a possibilidade de romper (ou contornar) as mediações dos canais de comunicação e/ou de natureza política em torno de certos temas através do Gabinete Digital, conseguiram trazer para a agenda governamental um tema que não era abordado há mais de uma década.

Disponibilizar as informações na rede, de forma fácil, para que sejam entendidas é fortalecer a transparência da gestão?

A internet e o universo de ferramentas de gestão que estão em constante aprimoramento, possibilitam e exigem, de forma irreversível, a ampliação da utilização de mecanismos de transparência e do acesso às informações públicas. Ainda que

de forma não explícita, a virtualização dos processos permite aos gestores públicos agregarem novos conceitos como *accountability*, governança e sustentabilidade, bem como a superação de outros conceitos comumente atrelados às estruturas estatais: como morosidade e burocracia.

Como está sendo estruturado o Sistema de Participação Cidadã?

A democracia direta é um elemento do processo de participação, mas não é absoluto, por isso precisamos diversificar os instrumentos. O Sistema Estadual de Participação Cidadã é um estágio superior de organização que entendemos necessário para integrar diferentes iniciativas e processos para a formulação e execução conjunta do Estado e da cidadania gaúcha. Temos historicamente, no Rio Grande do Sul, uma cidadania disposta a fortalecer o Estado democrático de direito. Porto Alegre tornou-se referência internacional com o Orçamento Participativo, portanto, além de reconhecer esse protagonismo, precisamos avançar.

Avançar significa o direito e o dever de oferecer um Sistema de Participação que proporcione ferramentas presenciais e virtuais de acompanhamento da gestão pública. Para isso, temos o Gabinete Digital, um canal direto com o Gabinete do Governador, e o Portal da Participação. O Plano Plurianual Participativo já realizou discussões regionalizadas, e agora parte para o debate dos Orçamentos Anuais. Além destas instâncias, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um fórum de especialistas sem vinculação com o Governo, mas que nos assessoram em questões estratégicas, e os Conselhos setoriais de direitos, estão envolvidos em todas as discussões. A legitimidade dos governos democráticos está na participação.

O Rio Grande do Sul é pioneiro em diversas áreas. Em quais delas o senhor aposta como possibilidades para a gestão pública do seu Estado vir a ser referência para o restante do país, nos próximos anos de seu governo?

Há uma característica que nos tornou muito conhecidos no Brasil que é a polarização, a multiplicidade das opiniões. Nós temos como pretensão utilizar essa característica a nosso favor, para estimular o debate em todos os setores da sociedade. Vamos utilizar essa característica cultural e política para um diálogo de convergência, de concertação, com “c”, como eu gosto de referir, onde as diferenças fazem parte de uma construção comum, visando o desenvolvimento do Rio Grande. Isto está manifestado em várias instâncias de nosso Governo. No campo da gestão pública, na administração dos recursos humanos, está essa disposição está manifestada na proposta do Comitê de Diálogo Permanente (CODIPE), em construção com o conjunto de todas as categorias de servidores

públicos. Através do Comitê, retomamos o diálogo entre governo e servidores e passamos a nos dedicar a um segundo momento, mais elaborado e consistente, que é a constituição do diálogo comum, com todos sentados à mesma mesa, com respeito e transparência.

O CODIPE é um processo que propõe uma lógica que vai além da negociação salarial - embora isto esteja no centro dos debates - para a construção de uma concepção de Estado, do papel dos servidores e da responsabilidade de cada um para o conjunto da sociedade.



Evento de lançamento do Gabinete Digital no Palácio Piratini

As ferramentas do Gabinete Digital

Governador Responde: as pessoas elaboram perguntas, que são publicadas no site do Gabinete Digital. A mais votada é respondida diretamente em vídeo pelo Governador, no final de cada mês. Na primeira edição, em junho, o Governador falou sobre a discussão quanto à autonomia administrativa dos Bombeiros. O vídeo com a manifestação de Tarso Genro foi acessado mais de 5 mil vezes.

Governo Escuta: promover audiências pública que reúnem especialistas para discutir um tema pontual que esteja na pauta do Governo ou da sociedade. É possível a participação através de um canal de bate-papo. As perguntas são lidas em tempo real. O objetivo do Governo gaúcho é de em breve possam ser realizadas conferências em que os especialistas também debateriam virtualmente.

Agenda Colaborativa: recebe contribuição para construção da pauta do Governador em agendas já pré-definidas pelo interior do Estado.

Conselho Nacional de Secretários de Administração recebe 21 novos membros

Prioridade é ampliar nacionalmente a discussão sobre gestão pública para torná-la cada vez mais eficiente. Objetivo é fazer com que isso se reflita, na ponta, em prestação de serviço de qualidade ao cidadão

SHAMASH VICENTINI ■

Finalizado o primeiro semestre de 2011, os novos governadores, empossados em Janeiro deste ano, se já não mapearam os principais desafios da atual gestão, já conhecem os mais prementes. Para o Consad, as eleições estaduais representaram a renovação de 21 membros do Conselho, do total de 27 unidades da federação.

A renovação dos membros, consequência natural do processo democrático, demonstra o amadurecimento da gestão pública na pauta política do país. Nos primeiros encontros realizados pelo Consad, os novos secretários alinharam-se à agenda estratégica, do Conselho, como a Carta de Brasília, que se baseia em pontos considerados fundamentais para a modernização da gestão pública, como a transparência e o controle social para citar alguns. O objetivo é que o Consad seja um fórum de discussão capaz de ajudar os gestores a trocar experiências que possam ajudá-los a desenhar políticas públicas cada vez mais eficientes a custos cada vez menores.

Ana Lucíola Vieira, secretária de Roraima, afirma que um dos méritos do Consad é ter influenciado na relação entre os estados, que se tornaram mais afinados entre si e com o próprio governo federal. “O Conselho mudou a relação entre os estados e está proporcionando a melhoria da gestão no Brasil.”

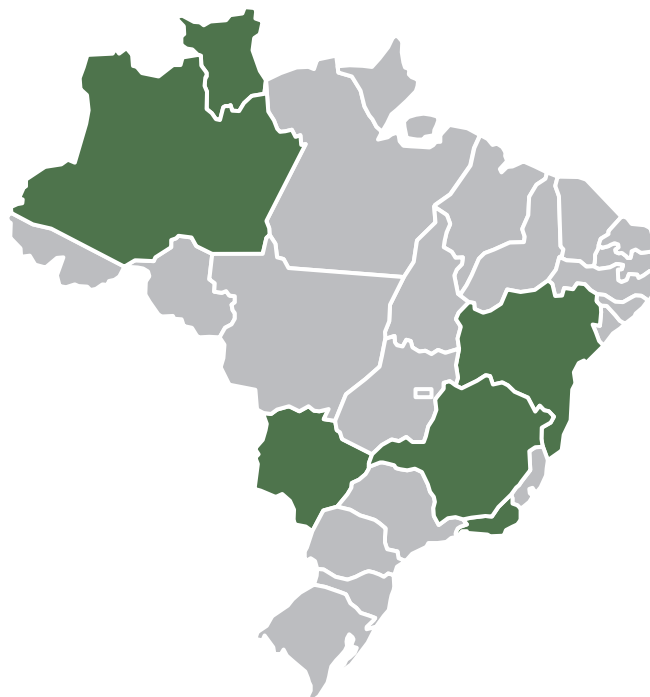
O Brasil obteve importantes avanços na área administrativa nos últimos anos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Plano Diretor da Reforma do Estado. Ambos representam mudanças significativas na maneira de gerenciar o uso de recursos públicos e tornar o Estado mais eficiente.

O Programa Nacional de Apoio à Modernização dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) e o Pró-Cidadã - nova linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tem por objetivo apoiar as áreas de educação, saúde, segurança pública e desenvolvimento social - são tratados como projetos prioritários na agenda do Consad.

O Conselho, com seu novo colegiado, já reuniu-se por ocasião do 81º Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Administração, realizado nos dias 24 e 25 de março no Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de 19 secretários, e reelegeu, para um período de mais 12 meses, Sergio Ruy Barbosa, na presidência do

Conselho. Também foram escolhidos o primeiro e segundo vice-presidente: o secretário de Planejamento e Gestão do Ceará, Eduardo Diogo, e a secretária da Administração e Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, Stela Farias, respectivamente.

“O Consad é um espaço de articulação técnica e política. E essa mescla está sempre presente na busca de uma gestão pública eficiente”, afirma Stela Farias, do Rio Grande do Sul.



■ Recondução ao cargo

■ Novos Secretários da Administração

AC - Flora Valadares	MA - Fabio Gondim	RJ - Sergio Ruy Barbosa
AL - Alexandre Lajes	MT - Cezar Roberto	RN - José Anselmo de Carvalho
AP - Sebastião Cristovan	MS - Thie Higuchi	RS - Stela Farias
AM - Lígia Abrahim	MG - Renata Maria Paes	RR - Ana Lucíola Vieira
BA - Manoel Vitorio	PA - Alice Viana	RO - Vera Lúcia Paixão
CE - Eduardo Diogo	PB - Gilberto Carneiro	SC - Milton Martine
DF - Denilson Bento	PR - Luiz Eduardo	SP - Julio Semeghini
ES - Heráclito Pereira	PB - José Ricardo Wanderley	SE - José Oliveira Junior
GO - Giuseppe Vecchi	PI - Paulo Ivan	TO Lúcio Mascarenhas



ALAGOAS

Segesp investe na Central de Atendimento ao Cidadão

Servidores públicos e população têm acesso a diversos serviços em um só lugar

GÉSIA MALHEIROS ■

A Secretaria de Estado da Gestão Pública de Alagoas (Segesp) está investindo na interiorização da Central de Atendimento ao Cidadão. Com o projeto, servidores e a população em geral têm acesso a vários serviços num único espaço físico.

A Central de Atendimento ao Cidadão, denominada JÁ, foi criada pela lei ordinária nº 6.186 de 11 de agosto de 2000 - junto com a reestruturação da Secretaria de Administração - para facilitar o acesso aos serviços oferecidos nas esferas estadual, municipal e federal voltados aos cidadãos. O objetivo do projeto era oferecer, em uma mesma central, vários serviços, prezando pela rapidez no atendimento.

Os JÁs reúnem balcões de atendimento da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), da Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds), da Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento de Alagoas (Casal), da Companhia de Eletricidade de Alagoas (Ceal), além do Procon, Detran, Instituto de Identificação, entre outros.

Entre os serviços oferecidos estão emissão de Carteira de Identidade e atestado de antecedentes criminais (Seds); preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e emissão de nota fiscal avulsa (Sefaz); emissão e 2ª via da CNH, emissão IPVA, contestação e multas (Detran); emissão de 2ª via da conta, reclamação sobre consumo da Ceal e da Casal, além de orientações jurídicas realizadas pelo Procon.

Na capital alagoana há três centrais em funcionamento, além da unidade no município de São Miguel dos Campos, localizado a 63 km de Maceió. No segundo semestre deste ano mais duas centrais serão inauguradas, sendo uma delas dentro de um dos maiores shoppings da capital, localizado no bairro Benedito Bentes. Um dos mais populosos de Maceió, o bairro possui 142 mil habitantes, o equivalente a metade da população de Arapiraca, segunda maior cidade alagoana.

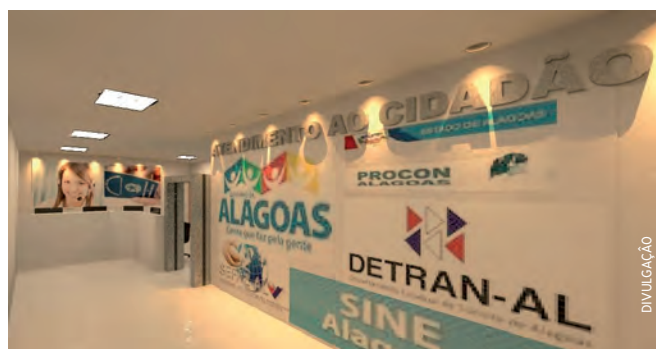
A outra central do JÁ vai funcionar em Arapiraca, que fica a 123 km de Maceió, e vai atender a cinco municípios circunvizinhos: Lagoa da Canoa, Coité do Nóia, Feira Grande, Limoeiro de Anadia e Craíbas.

Espaço Servidor

Além dos serviços oferecidos, os novos JÁs contarão com um espaço da Secretaria de Gestão Pública denominado “Espaço Servidor”. Nesse balcão, os servidores públicos estaduais vão poder abrir e acompanhar processos, além de consultas, emissão de contracheques entre outros.

O servidor vai contar também com os serviços do AL Previdência como consultas de aposentadorias e pensões, atualização de cadastro de servidores inativos, etc.

Outra novidade com a interiorização dos JÁs é a emissão e atendimento do Cartão SUS e balcão da Defensoria Pública.



Central de Atendimento ao Cidadão do Estado de Alagoas



Grupos de monitoramento de gastos



BAHIA

Bahia implanta projeto de redução dos gastos públicos

Estado cria “Ecotimes” e passa a monitorar gastos com água e energia elétrica em prédios públicos

COMUNICAÇÃO/SAEB ■

Na Bahia, os servidores públicos do estado foram convidados a empreender uma verdadeira guerra contra o desperdício de recursos públicos. Os Ecotimes, como são chamados os grupos de monitoramento de gastos nos prédios estaduais, estão em campo desde março e vestem a camisa do combate ao consumo desnecessário e da consciência ecológica. As equipes começaram seus trabalhos pelo monitoramento do consumo de água e energia

elétrica em 17 prédios que compõem a administração central do estado. A meta é levar esta iniciativa por todas as 430 unidades administrativas do Governo.

As equipes, formalmente criadas por meio de decreto governamental, são responsáveis por se fazer cumprir, na prática, as metas de consumo estipuladas para cada uma das unidades pela

Secretaria da Administração (Saeb). A iniciativa também atende à determinação governamental de contenção de até R\$1,06 bilhão nas contas públicas de 2011 e está em conformidade com o programa de qualificação do gasto público, o Compromisso Bahia, que, desde novembro de 2007, empreende ações de qualificação do gasto público estadual que já resultaram em economia de R\$610 milhões.

Nos últimos três anos, o estado acumulou uma economia na ordem de R\$ 29 milhões nos gastos com água e luz. Os custos com estes serviços chegam a media anual de R\$ 128,7 milhões. Nos prédios estaduais quem compõem o Centro Administrativo da Bahia (CAB), a despesa média com os serviços de água e energia elétrica soma os R\$ 12 milhões por ano. Com o apoio dos "Ecotimes", espera-se uma economia de aproximadamente R\$ 4 milhões/mês, com a redução percentual de 33% no consumo destes dois itens.

Os servidores que integram os "Ecotimes" foram capacitados para realizar a coleta e registro de dados sobre o consumo de água e energia elétrica. A análise dessas informações está sendo realizada por um sistema informatizado, que auxilia no monitoramento dos custos e do cumprimento das metas de consumo para cada unidade administrativa do estado. A iniciativa tem o apoio da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que disponibilizou o sistema informatizado de controle e também é responsável pela capacitação dos "Ecotimes".

As atribuições das equipes também incluem a manutenção preventiva das unidades, com o acompanhamento periódico das instalações hidráulicas e elétricas. Isso inclui a vistoria de equipamentos e acessórios hidrossanitários e de energia, averiguando seu funcionamento. A integração com os demais servidores também é outra atitude demandada pelos "Ecotimes", uma vez que eles têm com atribuição estimular colegas de trabalho a adotar medidas e atitudes que reduzam o consumo de água e energia.

"O controle e a gestão do consumo de água e luz dos prédios públicos vão encorpar outras ações voltadas para a qualificação dos gastos com itens de consumo da máquina administrativa do estado. A idéia é estancar o desperdício de recursos públicos, revertendo os valores economizados em novos investimentos", comenta o secretário da Administração, Manoel Vitória.

Antes de integrar o rol de prédios selecionados, a Saeb realizou um estudo preliminar que definiu o perfil dos gastos de água e energia em dezessete prédios da administração pública, o que ajudou a definir a metodologia para implantação do sistema nos prédios, identificando características das edificações, perfil dos usuários, composição de gastos, características das demandas e consumo.

Entre os prédios públicos que integram a etapa inicial do projeto, o caso do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba) é emblemático. Em 2008, apenas com as ações iniciais para implementação do projeto, os custos anuais com água deste órgão, antes fixados em cerca de R\$ 97 mil, foram reduzidos em mais de R\$ 44 mil no ano seguinte, redução de 45% no consumo. "Trata-se realmente de um caso emblemático, onde observamos por meio do monitoramento, as oscilações no consumo. Averiguações mais profundas levou-nos a detectar vazamentos e problemas estruturais no prédio", explica a superintendente de Serviços Administrativo da Secretaria da Administração, Jerusa Marins.

As ações de economia continuaram a gerar resultados. Em 2010, o gasto anual com o serviço na unidade foi praticamente duas vezes menor que o registrado no primeiro ano do projeto, chegando aos R\$ 33 mil. O resultado obtido é reflexo direto do esforço dos servidores, que adotaram práticas regulares para a fiscalização e manutenção das instalações do prédio, além de atitudes diárias para racionalizar os custos com o fornecimento de água.



Manoel Vitória Secretário da Administração



CEARÁ

Governo lança edição 2011 do Prêmio Ceará Gestão Pública

Premiação reconhece as organizações que trabalham focadas na melhoria da gestão pública

COMUNICAÇÃO/SEPLAG ■

Com objetivo de reconhecer e premiar as organizações públicas cearenses que assumem o compromisso de mudança e realizam, continuamente, autoavaliação da sua gestão, o Governo do Estado do Ceará lançou, no fim de abril, a edição de 2011 do Prêmio Ceará Gestão Pública. O evento, realizado no auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão, teve a presença de secretários e gestores estaduais, autoridades militares e servidores públicos. A abertura contou com a palestra do professor Paulo Daniel Barreto Lima, especialista em Gestão Pública e Qualidade em Serviços, sobre o tema “A Busca da Excelência na Gestão Pública”.

Ao fazer o lançamento do ciclo 2011 do Prêmio, o secretário da SEPLAG, Eduardo Diogo, disse que a boa gestão deve ter como foco a maximização plena dos recursos públicos, promover a criação de cenário favorável para que a iniciativa privada possa crescer e gerar benefícios para a sociedade. “Queremos consolidar essa ambiência no Estado”, reforçou. Para o secretário, o lançamento do Prêmio tem como pano de fundo uma grande convocação para fazer do Ceará, em todas as suas instâncias que permeiam as esferas federal, estadual e municipal, um estado referência.

O Secretário destacou que o grande diferencial do primeiro mandato do governo Cid Gomes foi o foco nos resultados. Enfatizou que no período de 2007 a 2010, o governo investiu no Estado o montante total de 6,9 bilhões de reais, bem superior ao volume de investimentos dos dois últimos governos. Em 2006, o Estado tinha uma relação dívida PIB de 8.4%. Em 2010, com todo o investimento feito, ficou em 5.7%.

Eduardo Diogo enfatizou, ainda, que o grande papel da gestão é criar o cenário para que a atividade produtiva possa crescer, gerando empregos. “No primeiro mandato do governador Cid foram criados 230 mil empregos com a participação efetiva da iniciativa privada com 114 mil empregos no período anterior”, pontuou.

O Prêmio Ceará Gestão Pública é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão, em parceria com o Comitê Gestor do Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública). O PCGP é realizado em ciclos anuais de premiação e seu processo de avaliação da gestão

tem por base o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP – 500 pontos, garantindo assim a similaridade ao Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF. Podem concorrer entidades e órgãos públicos, de qualquer uma das três esferas de Governo.

A criação do PCGP tem um histórico iniciado em outubro de 2008, quando o Governo do Estado, por meio da Seplag, ancorou o Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Ceará é o único estado que ancora o GesPública no Poder Executivo estadual. Ao assumir esse desafio de incentivar as organizações públicas a repensarem seus modelos de gestão, a Seplag articulou, junto ao Governo, a criação de um prêmio visando fortalecer esse objetivo.

Instituído em abril de 2009, o Prêmio representa uma das ações estratégicas do Núcleo Estadual do GesPública no Ceará e está alinhado com a gestão contemporânea e responde às exigências próprias da natureza pública das organizações. Criado com base no Prêmio Nacional da Gestão Pública, o PCGP mantém as características universais da gestão de excelência que o identifica com os modelos de gestão utilizados pelos setores públicos e privado em mais de 120 países.



Secretário Eduardo Diogo fala no lançamento do Prêmio Ceará Gestão Pública



DISTRITO
FEDERAL

Distrito Federal cria pasta com foco nos servidores

Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) dá lugar a duas novas pastas: Secretaria de Planejamento (Seplan) e Secretaria de Administração Pública (Seap)

COMUNICAÇÃO/SEAP ■

Com o objetivo de alcançar melhores resultados na administração do estado, o Governo do Distrito Federal, desde o dia primeiro de janeiro deste ano, conta com uma Secretaria de Estado especialmente voltada aos servidores e suas demandas. Trata-se da Seap – Secretaria de Administração Pública do DF.

Com o desmembramento da antiga Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), pelo decreto nº 32.716/2011, criou-se a atual Secretaria de Planejamento (Seplan), voltada para questões orçamentárias, e a Secretaria de Administração Pública (Seap). A ideia do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, foi reforçar essas duas pastas estratégicas, em busca de um melhor desempenho em cada área de competência.

Dentre as funções da Secretaria de Administração Pública está a responsabilidade de coordenar o Conselho de Políticas de Recursos Humanos e o Conselho Administrativo do Fundo Pró-Gestão. A Seap tem o foco voltado para a melhoria dos serviços públicos, formação dos servidores, políticas de saúde e, também para a execução de uma gestão democrática, construída na relação respeitosa com seus servidores por meio de mesas setoriais de diálogo.

Com maior autonomia após a desvinculação, a Secretaria pode reforçar a ênfase na gestão humana. De acordo com o Secretário Denilson Bento da Costa, o objetivo maior da Seap é buscar a construção de outro olhar para a gestão pública, baseado na percepção das necessidades específicas do servidor, indo muito além da simples meta de produtividade. “O servidor precisa estar satisfeito com seu ambiente de trabalho e com as condições oferecidas para que ele possa desenvolvê-lo bem”, afirma.

Para isso, a Seap apresenta em sua estrutura a Subsecretaria de Gestão de Pessoas, Subsecretaria de Saúde, Segurança e Previdência dos Servidores e Subsecretaria de Relações do Trabalho. Além disso, a secretaria disponibiliza a Ouvidoria do Servidor, o Instituto de Previdência – IPREV, Instituto de Saúde – INAS e Escola de Governo, encarregada da formação continuada dos servidores.

A Secretaria de Administração Pública do Distrito Federal prioriza, ainda, a construção de uma relação aberta com seu quadro em geral, afinando, assim, suas ferramentas de gestão. Um dos objetivos da nova pasta é garantir uma especial atenção e valorização dos servidores, que têm papel fundamental na construção de um novo caminho para o Distrito Federal.

Escola de Governo

A Escola de Governo - EGOV busca exercer a função institucional de implementar e executar políticas de formação continuada e desenvolvimento de servidores dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

Nesse contexto, a EGOV conta com a Coordenação de Educação a Distância (CEAD), que dirige, supervisiona, coordena, controla e executa as atividades relacionadas aos processos de capacitação na modalidade à distância.

Além disso, a CEAD realiza estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento e a aplicação de suporte ao processo de ensino-aprendizagem, instrumentos de capacitação nessa modalidade e implementa, coordena, efetiva e acompanha

programas e projetos educacionais realizados pela Escola de Governo e/ou em parceria com outros órgãos ou entidades. Os cursos, desenhados em módulos sequenciais de forma a facilitar a compreensão e o autodesenvolvimento do aluno, são oferecidos por meio da internet, utilizando recursos de áudio e vídeo. Esses cursos contêm, entre outras ferramentas, exercícios, glossários e links de complementação de estudo. Em alguns cursos, além de recursos como chats e fóruns, o aluno tem a assistência de tutores para orientação e esclarecimento de dúvidas. Em caso de cursos autoinstrucionais, o próprio aluno busca solucionar suas dúvidas e gerenciar suas ações, não havendo apoio de tutores.

Ouvidoria do Servidor

Para tratar de todos os assuntos de interesse do servidor, a Secretaria de Administração Pública oferece o serviço de Ouvidoria, que funciona como um canal direto entre o servidor e o Governo do DF. Além disso, atende o cidadão interessado em esclarecer questões ligadas a concursos públicos – assunto que também faz parte da pasta da Seap.

A Ouvidoria é feita por meio de um sistema que permite o recebimento de elogios, dúvidas, reclamações e outras manifestações, acompanhando a apuração e dando-lhes respostas, bem como permitindo uma solução organizada e eficaz: “É a área responsável por estreitar as relações entre o estado e o servidor. Será o agente público, o porta-voz para que a população seja valorizada”, destacou o secretário Denilson.

A Ouvidoria proporciona aos usuários a conformidade legal no que diz respeito ao sigilo, inclusive em relação às informações pessoais do servidor.

O Órgão trabalha da seguinte maneira:

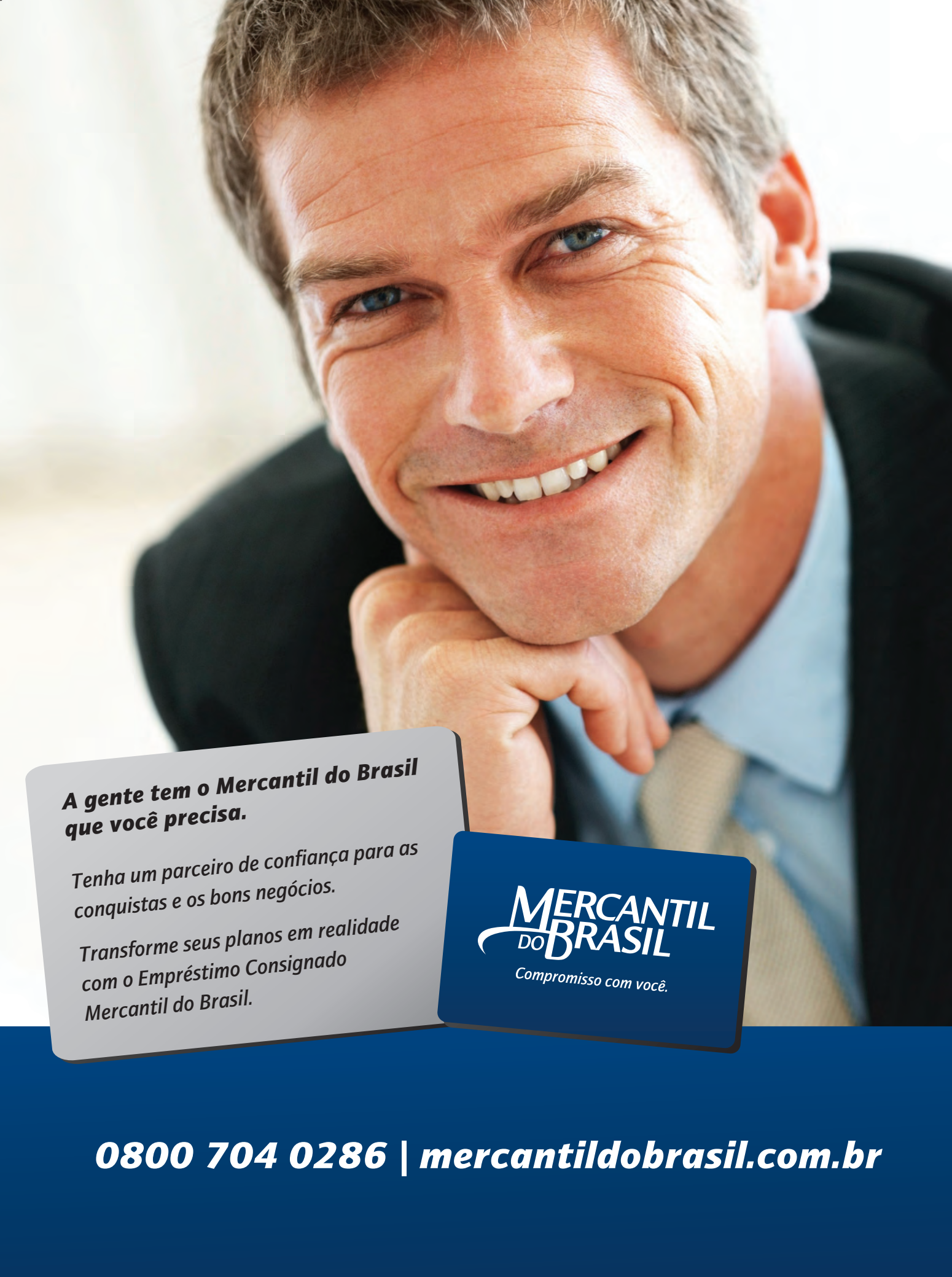
- Atua na perspectiva de praticar ações que valorizem o servidor/empregado público do DF, provocando, assim, sua participação efetiva na gestão democrática e participativa;
- É agente da plena satisfação no atendimento ao servidor-usuário no tocante aos serviços disponibilizados pela Seap, em interlocução com os demais órgãos da administração direta e indireta do DF;
- Defende seus direitos e interesses;
- Recebe, avalia e encaminha suas manifestações, sempre na busca de soluções;
- Garante seu direito de resposta, acompanhando os pleitos até a solução final;
- Responde no menor prazo possível de forma aberta, honesta, objetiva e precisa, com transparência, integridade e respeito;
- Procura desburocratizar as rotinas e os procedimentos da Secretaria.

A Secretaria de Administração Pública do Distrito Federal assume as seguintes funções:

- Formular, definir e coordenar políticas e diretrizes relacionadas aos servidores e empregados dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal;
- Propor, implementar, acompanhar e avaliar ações relativas à valorização dos servidores e empregados, à promoção da democratização das relações de trabalho, planos de carreira e remuneração, planos de cargos e salários, benefícios, provimento de cargos e empregos públicos, capacitação, desenvolvimento e qualidade de vida no trabalho no âmbito dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal;
- Elaborar e coordenar programas e projetos de capacitação e desenvolvimento dos servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal;
- Estabelecer políticas, diretrizes e normas para a disponibilização de informações a cidadãos, empresas, governo, servidores sobre os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria;
- Coordenar e articular ações que subsidiem a formulação, implementação e avaliação de programas e projetos voltados para gestão dos servidores e empregados distritais e cumprimento das metas governamentais estratégicas;
- Promover parcerias e estimular a interação entre os órgãos da Administração do Distrito Federal para o desenvolvimento de programas e projetos de gestão de pessoas;
- Estabelecer e implementar a Política Integrada de Saúde e Segurança do Trabalho.



Secretário Denilson Bento da Costa



**A gente tem o Mercantil do Brasil
que você precisa.**

Tenha um parceiro de confiança para as
conquistas e os bons negócios.

Transforme seus planos em realidade
com o Empréstimo Consignado
Mercantil do Brasil.

**MERCANTIL
DO BRASIL**

Compromisso com você.

0800 704 0286 | mercantildobrasil.com.br



ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER



ESPÍRITO
SANTO

Espírito Santo define Alinhamento Estratégico

Seger traça projetos prioritários para gestão 2011-2014

COMUNICAÇÃO/SEGER ■

Baseado no Plano Estratégico do Governo do Espírito Santo que definiu como um dos eixos prioritários de atuação da Administração Pública Estadual a “Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor”, a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo (Seger) implementou e produziu o seu Alinhamento Estratégico com a visão para os próximos quatro anos, com foco em 2011 e 2012.

Os programas, projetos e demais iniciativas executadas pela Seger foram organizados nos seguintes eixos: Pessoas, Inovação na Gestão, Eficiência Administrativa e Controle do Gasto, Tecnologia e Ética

Pública. No total, mais de 50 projetos estão ou serão encaminhados pela secretaria e, destes, 26 foram identificados como prioritários.

O trabalho será realizado para que se alcance aquilo que foi definido como a Visão da secretaria: “Ser reconhecida, até 2014, pelas organizações públicas e pela sociedade, como promotora das boas práticas de gestão pública e de atendimento ao cidadão no Espírito Santo, por meio da valorização do servidor, da inovação na gestão, da eficiência administrativa e controle do gasto, do uso das tecnologias de informação e comunicação e da promoção da ética pública”.

EIXO DE ATUAÇÃO	FOCOS PRIORITÁRIOS
Pessoas	Valorização do Servidor e Profissionalização da Gestão Pública
	Gestão Integrada de Recursos Humanos
Inovação na Gestão	Gestão por Resultados
	Desenvolvimento da Gestão Pública
	Qualidade no Atendimento ao Cidadão
Eficiência e Controle do Gasto	Eficiência Administrativa
	Controle do Gasto
	Gestão do Patrimônio Público
Ética Pública	Gestão da Ética na Administração Pública
	Responsabilidade Socioambiental
Tecnologia	Governo Eletrônico



Victor Pestana, responsável pelo Escritório de Gestão Estratégica

Escritório de Projetos

Para acompanhar as ações de planejamento, execução e avaliação da carteira de projetos prioritários, identificar e articular soluções e trabalhar para o efetivo andamento dos projetos, a Seger implantou o seu Escritório de Gestão Estratégica, sob a responsabilidade do analista Victor Pestana.

O objetivo é melhorar a efetividade do planejamento, da execução e controle dos projetos por meio da difusão de uma cultura de gerenciamento de projetos, do suporte aos projetos e suas equipes e da rotina de monitoramento.

Segundo o analista Victor Pestana, o resultado do Alinhamento Estratégico da Seger foi possível após a avaliação dos projetos que foram identificados e categorizados com o processo de gestão do portfólio. “Fizemos um inventário, avaliamos, selecionamos e priorizamos os projetos, culminando na carteira de projetos prioritários da secretaria”, explicou.

“Essa oportunidade renova o comprometimento com os nossos projetos consolidando uma etapa que reforça a importância e o desafio que temos nos próximos anos para o desenvolvimento desse trabalho, com foco na melhoria contínua da prestação dos serviços públicos oferecidos ao cidadão” disse o secretário de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, José Eduardo Faria de Azevedo.



Secretário de Gestão: José Eduardo de Azevedo

Projetos prioritários

Dos 26 projetos definidos como prioritários na gestão do Espírito Santo, estão a implementação do Programa de Qualidade de Vida do Servidor; a reestruturação do Programa Estadual de Descentralização da Gestão (por meio das parcerias - OS, Oscip e Fundações); implantação da Gestão para Resultados; implantação do serviço de teleatendimento ao cidadão; implantação da Central de Compras Corporativas; revisão das Políticas de Tecnologia de Informação e Comunicação; dentre outros, como os que seguem abaixo:

- Expansão do Programa Mais com Menos

Economia e queda da evolução dos gastos de custeio são os resultados alcançados pelo Governo do Estado com a implantação do Programa de Controle e Eficiência do Gasto Público – Mais com Menos. Nos três primeiros meses de 2011, comparando com o mesmo período de 2010, o Executivo Estadual economizou 6% com as despesas de custeio, o que equivale a R\$ 11,7 milhões. Em 2010, a economia conquistada com as ações do programa foi superior a R\$ 60 milhões e, até o final de 2012, a meta é economizar mais R\$ 50 milhões.

Analizando o crescimento da despesa nos últimos anos, verifica-se uma significativa redução da evolução do custeio quando comparado com o aumento do investimento. De 2008 para 2009 o aumento do investimento foi de 46% e o do custeio foi de 8%. De 2009 para 2010, o investimento cresceu ainda mais, 54%, no entanto, o custeio cresceu apenas 2%.

O Mais com Menos tem como objetivo aumentar a eficiência do gasto, reduzindo ou tornando mais eficiente o gasto com o custeio, preservando a qualidade da prestação de serviço. O programa já foi apresentado como boa prática de gestão em duas edições do Congresso Consad, em Brasília.

- Modelagem e implementação do Cais das Artes

O Cais das Artes é um complexo cultural que irá inserir o Espírito Santo no circuito nacional e internacional de

grandes espetáculos e exposições. Constituído por um Museu e um Teatro, equipados para receber eventos artísticos de grande porte, o Cais das Artes, em Vitória (ES), passará a liderar a programação cultural nas vertentes do teatro, da música e das artes plásticas e visuais de todo o Estado do Espírito Santo.

Um estudo está sendo encaminhado pelas secretarias de Gestão e da Cultura, em parceria com a FGV Projetos, que será a responsável pela elaboração de um plano estratégico de gestão para implantação dos equipamentos culturais - teatro e museu - que integram o complexo cultural.

O estudo implica na definição da estrutura organizacional, no modelo de gestão do Cais e, também, no conteúdo artístico. A obra tem a conclusão prevista para o segundo semestre de 2012.

- ES Digital

O Governo do Espírito Santo vai interligar os órgãos do Executivo Estadual com serviços de comunicação de dados, voz e imagem na Capital e no Interior, com a implantação da Rede.ES. A ação vai permitir o avanço da implementação de serviços eletrônicos e levará a internet banda larga para todos os municípios capixabas. O investimento é de R\$ 145 milhões.

A nova rede vai interligar o Governo Estadual com alta tecnologia e facilitar a comunicação, tornando os serviços públicos mais eficientes. Todos os municípios capixabas terão acesso à internet de banda larga e aqueles que já possuem terão uma internet ainda melhor, mais veloz.

O resultado da interligação dos órgãos de Governo, desde a Escola às mais diversas secretarias, passando pelas unidades de saúde, hospitais, delegacias, dentre outros, será a melhoria da comunicação interna, reduzindo os custos, facilitando o trabalho dos servidores e o contato dos cidadãos com a administração pública.



MATO
GROSSO

Novo portal garante transparência na administração do MT

Cidadão pode ter acesso a licitações, contratações de serviços e compras do Estado através do site

COMUNICAÇÃO/SAD ■

Com o objetivo de dar mais transparência nas licitações realizadas para a contratação de serviços ou compras de materiais diversos no atendimento a demanda dos órgãos estaduais, a Secretaria de Administração do Mato Grosso criou, no início deste ano, o portal SIAG (Sistema de Aquisições Governamentais). O novo portal vem se destacando pela organização e clareza na maneira com que as informações são disponibilizadas para a população, que pode acompanhar mês a mês os gastos do Estado com aquisições.

“O portal foi criado para mostrar com clareza a todos os cidadãos o quanto o estado paga pelos serviços e materiais aderidos através de pregões. Todos os valores e dados estão à disposição de qualquer pessoa interessada. Órgãos estaduais e fornecedores também utilizam do portal para verificarem os registros de preços, as novas licitações e retirar manuais e certidões, tudo feito com rapidez e clareza. A intenção do governo é poder mostrar a todos como vem sendo feito a economia do estado, da forma mais transparente possível”, ressaltou o secretário de Administração, Cesar Roberto Zilio.

Ao acessar o portal, o visitante visualiza um gráfico sobre a economia gerada com Registro de Preço a cada mês de 2011, com o valor estimado, valor contratado e a economicidade em reais e porcentagem. Além dele, o cidadão pode conferir gráficos demonstrativos da economicidade gerada pelo registro de preços, por modalidades, participantes e vencedores. Na primeira página já se pode registrar a transparência do portal, que atende não só o cidadão comum como donos de empresa cadastrados no SIAG.

Os gráficos são o ‘cartão de visitas’ de uma variedade de opções que podem ser encontradas dentro do portal. Nele são divulgados os editais para as licitações com todas as informações disponíveis para os interessados em concorrer no certame, data de abertura, número do processo, objeto, órgão e a modalidade do pregão. Na página ainda pode se conferir os editais de licitação de compra direta, banco de especificação, resultado das licitações, os registros de preço e a proposta de pregão presencial.

Para facilitar a busca, existe um sistema dentro da página de edital destinada à pesquisa, sendo por modalidade, situação, número do edital ou do processo. Pode se conferir também as legislações que regem as licitações, seja acórdão, decreto estadual e federal, lei complementar, lei ordinária e federal.

O SIAG conta ainda com uma página de perguntas e respostas, contendo as principais dúvidas sobre o processo licitatório, registro de preço, quem pode se cadastrar e de que forma fazer. A pessoa ainda pode enviar sua dúvida, sugestão e deixar seu contato através do fale conosco.

Ainda na página principal, pode se retirar certidões de Dívida Ativa da União, FGTS, INSS, Receita Estadual e Receita Federal, consultar atas de registro de preços; calendário de pregões; compras diretas; resultado da sessão e resultado de licitação; se inteirar dos pregões que acontecem no dia e também assisti-los ao vivo. Além de acompanhar as notícias mais recentes, há um espaço reservado para servidores, fornecedores e download de manuais.

Existe também o acesso rápido, no qual a pessoa pode ir direto para licitações eletrônicas, Diário Oficial Estadual, Portal do Estado de Mato Grosso, Receita Federal, Sebrae, Secretaria de Comunicação, de Fazenda, Senai e Tribunal de Contas num clique só.

Para donos de empresas, existe uma página com todas as informações para o cadastro, impressão de Certificado Cadastral, pesquisa de Fornecedor e a área do licitante, no qual o fornecedor poderá mandar sua inscrição para concorrer aos certames. A área do fornecedor conta também com portais de compras de mais de 20 estados brasileiros.

Podendo participar de forma mais ativa, com sugestões e críticas, o cidadão ganha uma ferramenta para fiscalizar o estado e como ele gasta a verba destinada a serviços e materiais, cuidando da economia do estado como se fosse a da sua casa.

Para acessar ao portal SIAG, basta entrar no site da SAD (www.sad.mt.gov.br), e clicar no link Portal de Aquisições, ou digitar <http://aquisicoes.sad.mt.gov.br/>.



Secretário de Administração de Mato Grosso Cesar Roberto Zílio

The screenshot shows the SIAG web portal. At the top, there's a header with the Mato Grosso state logo, the text 'Secretaria de Estado de Administração', and 'SIAG Sistema de Aquisições Governamentais'. Below the header is a navigation bar with links: 'Página Inicial', 'Edital', 'Legislação', 'Fornecedores', 'Noticias', 'Perguntas e Respostas', and 'Contato'.

The main content area is divided into several sections:

- Fornecedor**: A link for 'Acesso ao sistema'.
- Servidor**: Links for 'SIAG' and 'SIAG-C'.
- Download de Manuais**: A link to download manuals.
- Certidões**: A list of certificates: 'Divida Ativa da União', 'FGTS', 'INSS', 'Receita Estadual', and 'Receita Federal'.
- Economia com Registro de Preço 2011 - Maio/2011**: A table and a bar chart comparing values for 2011 and Maio/2011.
- Consultas**: A list of consultation options: 'Atas de Registro de Preço', 'Banco de Especificações', 'Calendário de Pregões', 'Compras Diretas', 'Pregões', 'Proposta Pregão Presencial', 'Registro de Preço', 'Resultado da Sessão', 'Resultado de Licitação', and 'Ver Ata'.
- Acesso Rápido**: A dropdown menu labeled 'Selecione'.
- Pregões do Dia**: A table showing the current auction details.

Economia com Registro de Preço 2011 - Maio/2011 Table:

Valores	2011	Maio/2011
Valor Estimado (R\$)	223.567.577,24	39.137.595,80
Valor Contratado (R\$)	187.736.097,11	27.267.158,84
Economicidade (R\$)	35.831.480,13	11.870.436,96
Economicidade (%)	16,03	30,33

Bar Chart Legend:

- Valor Estimado (R\$) - Green bars
- Valor Contratado (R\$) - Blue bars
- Economicidade (R\$) - Yellow bars

Pregões do Dia Table:

SESP	08h30
Edital Nº. 027/2011	
Mod. Presencial	



MINAS
GERAIS

Minas Gerais desenvolve terceira geração do Choque de Gestão

O fortalecimento da cidadania através de um estado em rede

RENATA VILHENA ■

O Governo do Estado de Minas Gerais implementou ao longo da última década, ciclos de reforma e modernização da gestão pública conhecidas como a primeira e segunda gerações do Choque de Gestão. O alcance do equilíbrio das contas públicas e a retomada do potencial de investimento do Estado nesse período constituíram reconhecidos êxitos do Governo e permitiram a consolidação de um Estado para Resultados em Minas Gerais.

Neste momento, caminha-se para o desenvolvimento da Terceira Geração do Choque de Gestão, conforme figura 01. O desafio mostra-se mais ousado, partindo do compromisso com a manutenção de todas as conquistas já alcançadas até então, com a trajetória evolutiva da gestão pública em Minas; bem como com a continuidade do desenvolvimento do Estado.

Na terceira geração do Choque de Gestão, a busca por resultados transforma-se em Gestão para a Cidadania; os cidadãos, antes considerados apenas destinatários das políticas públicas implementadas pelo Estado, passam a ocupar também a posição de protagonistas na definição das estratégias governamentais.



Figura 01: A Evolução da Gestão no Governo de Minas Gerais

A Gestão para a Cidadania incorpora como principal desafio para o Governo de Minas Gerais, a participação da sociedade civil organizada na priorização e implementação da estratégia governamental. A fim de viabilizar o fortalecimento de mecanismos de engajamento da sociedade, propõe-se a primordialmente, a revisão da articulação institucional intra governo, a partir da organização da estratégia e do funcionamento do Estado em Redes de Governo. Estas redes, previstas em lei, são as seguintes: rede de governo integrado, rede de atendimento em saúde, rede de educação e desenvolvimento do capital humano, rede de desenvolvimento social, proteção, defesa e segurança, rede de infraestrutura, rede de desenvolvimento rural, rede de desenvolvimento sustentável e de cidades, rede de tecnologia e inovação, e rede de identidade mineira.

A organização do Estado em Redes, desdobra-se em diversas inovações e melhorias para a gestão pública, refletindo-se sobremaneira na revisão da estratégia estadual de longo prazo, o PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado; na organização da nova carteira de Programas e Projetos Estruturadores; na metodologia de trabalho das Pastas Governamentais; bem como na articulação institucional do governo com a sociedade.

O Estado em Rede viabiliza a reestruturação do governo de Minas a partir da incorporação de um modelo de gestão transversal do desenvolvimento, viabilizando a intersetorialidade das políticas públicas e a articulação dos atores responsáveis pelo sucesso de sua implementação; ressaltando a participação da sociedade civil organizada, como ator ativo e imprescindível nesta trajetória.

Dentre as metodologias de trabalho desdobradas a partir do conceito de Estado em Rede, ressalta-se neste artigo, a Governança em Rede. Esta metodologia incorpora dois grandes

projetos: a Gestão Regionalizada e a Gestão Participativa. Ambos os projetos contribuem para a qualidade e eficiência na definição e priorização de políticas públicas para cada região de Minas, a partir da exitosa interlocução dos integrantes governamentais entre si e destes com a sociedade civil organizada.

A Gestão Regionalizada, conforme Figura 02, prevê a construção de instâncias colegiadas de governança, denominadas Comitês Regionais, para cada uma das dez regiões de planejamento do Estado. Estes comitês são integrados por representantes das pastas governamentais e reúnem-se para discutir as necessidades de cada região, priorizando as estratégias adequadas a cada contexto. Assim, com vistas a subsidiar a implementação da estratégia governamental sob a perspectiva regional, os Comitês Regionais atuam orientados pelas diretrizes de articulação horizontal e sistêmica dos órgãos e entidades governamentais, pela colaboração institucional e pela intersetorialidade.

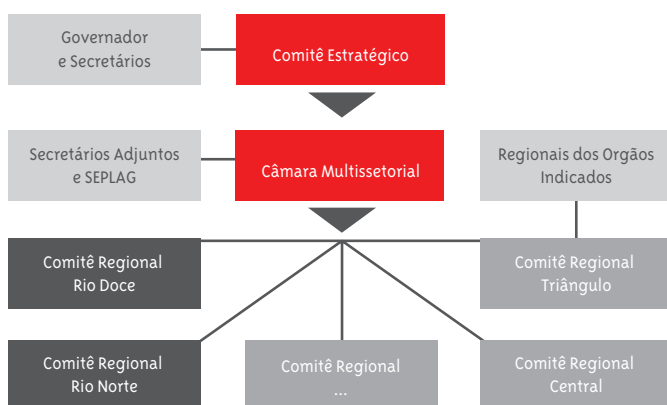
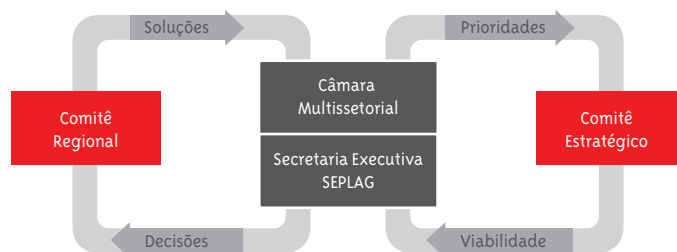


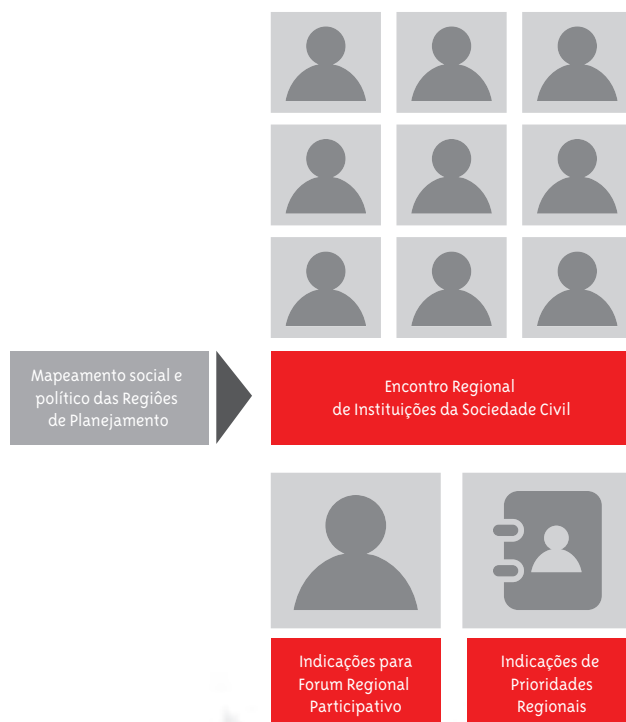
Figura 02: Estrutura do Modelo de Gestão Regionalizada

A qualificação da percepção do governo sobre as demandas da região organizadas por redes de governo, a partir do trabalho de cada Comitê Regional, é consolidado e debatido de forma integrada em outras duas instâncias colegiadas: a Câmara Multissetorial e o Comitê Estratégico (Figura 03). A Câmara Multissetorial é formada pelos secretários adjuntos e subsecretários e se reúne para garantir o alinhamento estratégico entre as prioridades e necessidades de cada uma das dez regiões de planejamento do Estado, apontando as maneiras de viabilizá-las. Como instância colegiada máxima, apresenta-se por sua vez, o Comitê Estratégico, composto pelos Secretários e presidido pelo Governador de Estado.



Como já ressaltado, a Governança em Rede também se desdobra em um segundo grande projeto, a Gestão Participativa. Esta iniciativa inovadora materializa a trajetória do Estado em Rede em direção a uma Gestão para a Cidadania, foco da terceira geração do Choque de Gestão.

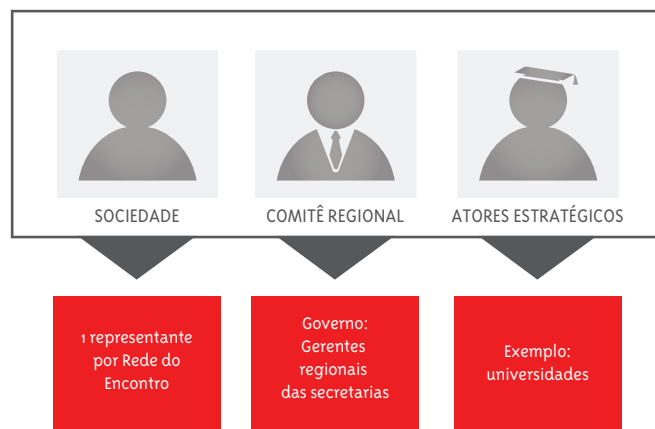
A Gestão Participativa também se organiza a partir das Redes de Governo, constituindo-se na construção de um espaço legítimo de interface entre a sociedade civil organizada e o governo do Estado, em cada uma das dez regiões de planejamento já consideradas na Gestão Regionalizada. Este espaço se configura metodologicamente em encontros com integrantes da Sociedade Civil Organizada, em cada região, a fim de tornar conhecida a estratégia de governo organizada nas citadas Redes, ou seja, as políticas que serão ali implementadas. Mais do que alinhar informações entre o governo e a sociedade, a Gestão Participativa possibilita a priorização dessa estratégia governamental prevista, a partir da percepção da própria sociedade, permitindo-lhe uma participação ativa e não mais apenas como destinatária das políticas públicas, (Figura 04).



Como produto da Gestão Participativa vislumbra-se não só a concreta percepção da sociedade civil organizada em cada região, sobre as prioridades estratégicas regionais, mas também, a constituição de um grupo de representantes, que contribua para a viabilização da continuidade do diálogo do governo com a sociedade. Este grupo de representantes é eleito no Encontro Regional a ser realizado em cada região e é formado por um representante de cada uma das Redes de Governo.

Por fim, garantindo a constante interlocução entre a sociedade civil organizada e o governo, o grupo de representantes eleitos em cada região e os respectivos comitês regionais, integram um Fórum para representar cada região de planejamento. O Fórum, conforme Figura 05, permite a continuidade do diálogo entre as instâncias envolvidas na definição da estratégia governamental, monitorando e avaliando as prioridades identificadas; permitindo inclusive, a participação de outros atores com potencial de qualificar algumas discussões, como por exemplo, as Universidades. Esta iniciativa incorpora portanto, as premissas do Estado em Rede, e viabiliza a Gestão para a Cidadania.

A implementação da Governança em Rede, desdobrada na Gestão Regionalizada e na Gestão Participativa, teve início já nos primeiros meses do atual Governo, a partir da definição de duas regiões piloto: a região do Rio Doce e a região do Norte de Minas, conforme Figura 06.



Os comitês regionais das duas regiões piloto já foram constituídos e as duas primeiras reuniões já se realizaram, tendo como primeira pauta de discussão, a qualificação do diagnóstico dessas localidades sob a perspectiva transversal e intersetorial inerente às redes de governo propostas.

Diante do desafio aqui apresentado, este pode ser considerado o ponto de partida para a consolidação de um Estado em Rede, que potencializa a interação entre governo e sociedade, fortalecendo a Gestão para a Cidadania e contribuindo para tornar Minas o melhor Estado para se viver.

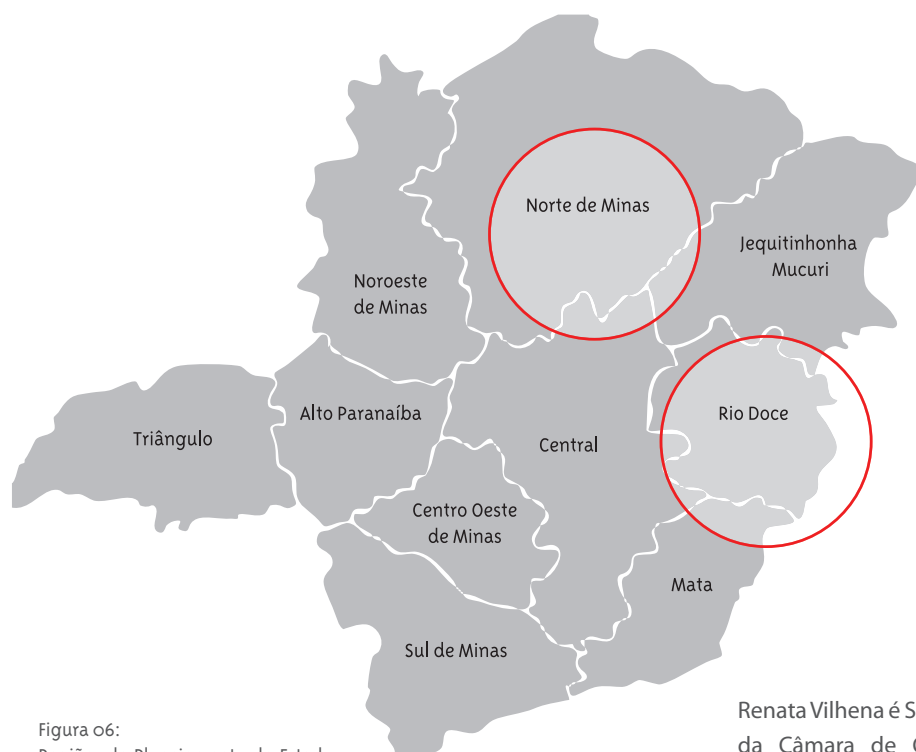


Figura 06:
Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais

Renata Vilhena é Secretária de Planejamento e Gestão e presidente da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais.

Governo de Minas lança 6º Prêmio de Excelência em Gestão Pública

Concurso é aberto a servidores e estagiários da administração estadual

COMUNICAÇÃO/SEPLAG ■

O Governo do Estado de Minas Gerais publicou no dia 31 de maio o edital que regulamenta o 6º Prêmio de Excelência em Gestão Pública do Estado. O concurso, exclusivo do poder executivo, tem como objetivo estimular a implantação de iniciativas em gestão pública estadual que promovam melhorias na prestação de serviços públicos, além de valorizar os servidores públicos.

Em sua sexta edição o prêmio traz uma novidade: a partir deste ano, estagiários podem contribuir com idéias e projetos inovadores. Os trabalhos, de funcionários e estagiários, podem ser apresentados individual ou coletivamente.

O período de inscrição vai de 27 de junho a 5 de setembro, através do endereço www.planejamento.mg.gov.br.

Categorias e prêmios

Para os servidores existem três categorias: Experiências e idéias inovadoras implementáveis - esta categoria abrange projetos ainda não implementados; Experiências e iniciativas já implementadas, que assim como a anterior não pode contar com suporte técnico/financeiro externo ao órgão, ou secretaria, nem estar inserido em ações de projetos estruturadores ou na agenda setorial.

A terceira categoria contempla experiências e iniciativas de sucesso implementadas ou em processo de implementação com suporte técnico financeiro. Nesta última categoria é permitido que o trabalho obtenha suporte técnico/financeiro externo e pode estar inserido em projetos estruturadores ou na Agenda Setorial. Os três primeiros lugares serão premiados com R\$ 8 mil, R\$ 4 mil e R\$ 2 mil reais, respectivamente.

Já para os estagiários a categoria é única e está relacionada a experiências e idéias inovadoras implementáveis. Os trabalhos inscritos por estagiários também não poderão contar com suporte técnico/financeiro externo ao órgão e devem ser idéias e projetos ainda não implementados. Também serão concedidos prêmios para os três primeiros lugares, R\$ 1.800, R\$ 1.400 e R\$ 1.000, respectivamente.

O concurso é organizado pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, sob coordenação da Superintendência Central de Política de Recursos Humanos, com a participação da Escola de Governo Professor Paulo

Neves de Carvalho/Fundação João Pinheiro e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.

O CONCURSO TEM COMO OBJETIVO ESTIMULAR A IMPLANTAÇÃO DE INICIATIVAS EM GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL QUE PROMOVAM MELHORIAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ALÉM DE VALORIZAR OS SERVIDORES PÚBLICOS.

**Na hora de fazer
um empréstimo,
seu banco também
tem de mostrar
a identidade.**

**Transparência,
agilidade,
experiência e
facilidade.**

***Banco BMG.
Quem precisa tem.***

Utilize o crédito de forma consciente.

Somente para aposentados,
pensionistas do INSS
e servidores públicos.

Quem precisa de crédito precisa mais do que de dinheiro: precisa se sentir seguro de que está fazendo a coisa certa, do jeito certo. O Banco BMG sabe disso e oferece as melhores opções em crédito consignado, com as melhores taxas e os prazos mais longos, de um jeito transparente, fácil e prático. O BMG é líder em crédito consignado no Brasil. E, por entender tanto desse assunto, conhece como ninguém as suas necessidades.

Antes de tomar um empréstimo, lembre-se de que tem banco pra tudo.

Mas para crédito consignado, o BMG é o seu banco.

Ligue **0800 724 3100** ou acesse **www.bancobmg.com.br**

BANCO
BMG



PARÁ

Pacto pelo Pará vai nortear ações do governo

Convênio com MBC vai modernizar a gestão pública e estimular competitividade no estado

COMUNICAÇÃO/SEAD ■



PAULO BRITTO (ASCOM/SEAD)

O Presidente do MBC, Erik Camarano, cumprimentado pelo governador Simão Jatene, após o lançamento da Agenda Mínima

O Governo do Pará definiu um conjunto de projetos e ações que vão nortear o estado nos próximos quatro anos. Batizado de Agenda Mínima de Governo, o programa soma mais de R\$ 4,5 bilhões de investimentos e vai estimular o desenvolvimento do estado em diversos setores.

Dentre as primeiras medidas, o governo estadual, através das secretarias de Administração (SEAD), de Planejamento Orçamento e Finanças (SEPOF) e de Governo (SEGOV), firmou um convênio com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), que pretende alavancar a eficiência da administração pública, aprimorando e modernizan-

do de forma eficiente os mecanismos da gestão pública previstos na Agenda Mínima.

É um programa bastante audacioso, mas que não perde de vista o saneamento da dívida do estado, em torno de R\$ 700 milhões, cenário encontrado pela atual administração ao assumir o governo em janeiro deste ano. “A partir do termo de cooperação técnica firmado pelo governo com o MBC espera-se superar os entraves de uma gestão ainda burocratizada, que acabam diminuindo a qualidade da prestação de serviços”, disse a Secretária de Estado de Administração, Alice Viana.



A PARTIR DO TERMO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA FIRMADO PELO GOVERNO COM O
MBC ESPERA-SE SUPERAR OS ENTRAVES DE
UMA GESTÃO AINDA BUROCRATIZADA, QUE
ACABAM DIMINUINDO A QUALIDADE DA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

ALICE VIANA MONTEIRO



O termo de cooperação feito pelo Governo do Estado com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) pretende concretizar esforços conjuntos que reflitam na modernização, crescimento e fortalecimento da gestão pública do Estado. Um dos principais objetivos da parceria é criar uma cultura empreendedora e competitiva, inserida na realidade do cidadão paraense. O grande desafio é fazer com que cada um dos agentes envolvidos supere seus próprios níveis de eficiência competitiva, ajustando-se aos movimentos da economia mundial e ao cenário brasileiro. Com isso, pretende-se gerar novos capitais intelectuais para o Estado do Pará, elevar a qualidade de prestação dos serviços à população, além de promover o crescimento do Estado.

A partir do termo de cooperação, o Estado do Pará poderá dispor de melhores condições financeiras, técnicas e operacionais para o alcance dos objetivos da Agenda Mínima, buscando garantir resultados positivos nos indicadores sociais e na modernização da gestão pública, para que o Pará possa dar um salto significativo e necessário na qualidade dos serviços públicos prestados à população paraense.

Além disso, o Estado do Pará está alavancando um processo de aprimoramento da capacitação de gestão dos órgãos e entidades do Poder Executivo, visando tornar mais eficiente os seus órgãos, a resolutividade dos projetos e ações governamentais em prol da sociedade. “Busca-se com isso resultados mais efetivos e eficazes para a gestão pública do Estado do Pará, honrando o compromisso do Governador Simão Jatene de fazer a máquina funcionar da melhor forma e de prestar um bom serviço aos cidadãos”, enfatizou Alice Viana Monteiro.

O Movimento Brasil Competitivo foi criado em novembro de 2001 e é reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, através do aumento da competitividade do país. Um dos objetivos do MBC é transformar a cultura empreendedora e competitiva em realidade para a população.



Alice Monteiro, Secretária de Administração do Estado do Pará

CRÉDITO* CONSIGNADO COM VANTAGENS EXCLUSIVAS

Para Aposentados e Pensionistas do INSS¹
e Servidores Públicos²

Você quer um banco eficiente, um banco ágil, um banco de confiança ou tudo isso junto?

Serviços que você quer com a segurança que você precisa.
E você? Precisa de uma conta ou de soluções?

★ Uma das melhores
taxas de juros²

★ Prazos² super facilitados

★ Sem consulta ao SPC/SERASA

VANTAGENS EXCLUSIVAS PARA VOCÊ NO CARTÃO DE CRÉDITO³ CONSIGNADO:



**Sem anuidade e sem consulta
ao SPC / SERASA**



Compras do dia-a-dia em mais
de 1,7 milhão de estabelecimentos,
pagando com até 40 dias⁶ sem juros
ou parcelando⁵ de **3 a 12 vezes**
sem juros.



Pagamento de contas⁴: água, luz,
telefone, gás, aluguel e muitos
outros boletos ou faça **recarga de**
celular com até **40 dias⁶** para
pagar sem juros



0800 704 7405

ou procure um dos nossos Correspondentes

Banco Cruzeiro do Sul: mais que um Banco. O seu Banco.

★ **CRED**
★ **FÁCIL**
★ **SERVIDOR**
Você com valor.



**Banco
Cruzeiro
do Sul**

(*) Crédito sujeito a aprovação. (1) Custo Efetivo Total (CET) de 2,34% a.m. 32,50% a.a. Até 60 meses para pagar. Contrato de acordo com o convênio estabelecido entre o Banco Cruzeiro do Sul e o INSS para consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários. (2) O Custo Efetivo total (CET) da operação será informado previamente à contratação do empréstimo. (3) Para saber se o seu convênio dispõe deste produto, consulte a Central de Atendimento ao Cliente - 0800 704 7405. (4) Consulte as operadoras e concessionárias autorizadas para esse serviço diretamente na Central de Serviços - Cartão. 4004-5570 (Capitais e Regiões Metropolitanas) ou 0800 726 5570 (Demais localidades). (5) Conforme planos oferecidos pelo lojista. (6) Dependendo da data da transação.

Use o crédito
de forma
consciente



PARAÍBA

Paraíba reduz 6% do comprometimento da folha no 1º semestre

Estado tem a folha mais cara do país e trabalha medidas administrativas para se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal

COMUNICAÇÃO/SEAD ■

O governo da Paraíba está fechando o primeiro semestre de 2011 com um resultado expressivo: a redução do comprometimento da receita com a folha de pagamento de pessoal para 52%. Em janeiro deste ano, o gasto com a folha comprometia 58% da receita corrente líquida, ficando em 1º lugar em um ranking negativo entre os Estados do Brasil. O percentual representava 12% a mais de estouro no limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 46%.

Ao assumir o governo em janeiro de 2011, o Governador Ricardo Coutinho (PSB) encontrou dois cenários a serem enfrentados: o prazo dado pelo Ministério Público Estadual para enquadramento na LRF havia estourado em agosto de 2010; e o estado acumulava uma dívida de R\$1,3 bilhão (administração direta e indireta) com fornecedores, empréstimos, encargos com a folha e despesas gerais.

Para reverter este quadro, o governo tomou medidas, como o desligamento de 40% dos cargos comissionados, corte de 50% das Gratificações de Atividades Especiais (GAE), e a não renovação de contratos com uma parcela dos prestadores de serviço. Além disso, através do cadastramento dos servidores, a Secretaria da Administração encontrou casos irregulares - como servidores que já haviam morrido e outros que moravam no exterior -, e casos em que prestadores de serviço e comissionados chegavam a receber valores de remuneração acima do padrão. Automaticamente os salários foram suspensos e os casos foram encaminhados para o Ministério Público do Estado que está investigando as irregularidades.

Diante do desequilíbrio, a palavra de ordem da administração da Paraíba foi enxugar a folha, sem prejudicar o funcionamento da máquina e sem comprometer a economia do estado. Uma das medidas foi implantar R\$ 20 milhões através do projeto Empreender-PB, uma política pública de microcrédito que tem como prioridade o fomento ao empreendedorismo e à inovação, através da concessão de crédito orientado aos empreendedores individuais ou grupos organizados.

Atualmente a folha de pagamento tem cerca de 110 mil servidores, entre ativos, aposentados e pensionistas e compromete 52% da receita. Apesar de ainda alto, o índice já é comemorado pelo secretário

da Administração Gilberto Carneiro. “Sabemos que temos muito que trabalhar. A Paraíba ainda vive um momento delicado financeiramente, mas mesmo diante das dificuldades estamos injetando recursos na economia, através do Empreender Paraíba e de reajustes salariais”, destacou o secretário. “Enquanto em alguns estados a categoria briga pelo pagamento do novo piso nacional promulgado pelo MEC, a Paraíba paga 29,7% acima do valor. Nossos professores recebem R\$ 926,17 para uma carga horária de 30 horas/semanais além de uma bolsa desempenho no valor de R\$230,00, somando remuneração de R\$ 1.156,17. Os reajustes salariais fazem parte de uma política de valorização, fundamental para a administração pública, respeitando, claro, a capacidade financeira do estado”, afirmou o secretário.

A administração pública precisa equilibrar os dois pratos da balança. De um lado a necessidade de desenvolver a economia, tornando a máquina menos onerosa e mais flexível. Do outro lado tem a preocupação com o servidor público e a qualidade de vida. “Enxugar a folha não significa apenas fazer cortes, precisamos olhar também o lado do servidor público, que precisa do emprego para sustentar a sua família. De modo geral, a economia da Paraíba passa por um momento delicado que requer iniciativas inteligentes que estimulem a economia privada e gerem emprego e renda. O caminho é longo, mas consideramos uma vitória a redução do comprometimento da receita com a folha de pagamento em 6%, em apenas seis meses”, concluiu o secretário.



Secretário de Administração Gilberto Carneiro



PERNAMBUCO

Projeto de telemática do Governo reduz custos e agrega serviços

Mais de R\$ 5 milhões por ano serão economizados com o programa PE-Conectado

COMUNICAÇÃO/SAD ■

A Secretaria de Administração de Pernambuco está à frente de um novo projeto de modernização da administração que vai reduzir os custos na área de telemática para o Governo do Estado. Batizado de PE-Conectado, o programa agrega serviços integrados de telefonia fixa e móvel, videoconferência e acesso à internet. O novo sistema é um progresso do atual projeto da Rede PE-Multidigital, com ampliação e oferta de novos serviços.

Nos próximos dias será lançado o edital para contratação da empresa que vai gerir os serviços de telefonia e transmissão de dados do Estado de Pernambuco. O Governo prevê que em até 90 dias o certame estará concluído. A troca da Rede para o PE-Conectado se deve às mudanças da nova versão que, além dos serviços de telefonia fixa e banda larga, abrangerá os custos com os atendimentos 0800 do Estado e de telefonia celular, garantindo assim a otimização dos serviços a um custo bem mais baixo.

O secretário de Administração de Pernambuco, Ricardo Dantas, explica que a nova licitação do PE-Conectado deve incorporar ao atual programa a telefonia móvel e outros serviços. “Quem antes contava apenas com esse canal de forma isolada agora terá tudo integrado, gerando uma economia anual da ordem de R\$ 5 milhões

para o Governo do Estado”, destaca Dantas. Atualmente, todas as secretarias falam de uma para outra como se fosse um ramal e isso tem rebatimento nos custos, com tarifa zero. A realidade do serviço hoje contempla 3049 acessos dedicados convergentes, 27.523 pontos de voz fixos, 17 Espaços Cidadania além de 14 salas de videoconferência.

Com o PE-Conectado, o Governo terá uma ampliação qualitativa e quantitativa. Estima-se que o projeto confira um incremento de mais de 200% em velocidade de links banda-larga. Já os serviços de telecomunicações estão sendo ampliados quantitativamente na ordem de 85% em relação aos atuais serviços prestados.

“O PE-Conectado vai oferecer infra-estrutura básica para integração de aplicativos que otimizem a gestão na saúde, segurança, educação e defesa social. Serão ferramentas voltadas para melhoria dos serviços prestados à população”. Na saúde, por exemplo, o programa vai possibilitar a realização de videoconferências em hospitais localizados no interior do Estado, garantindo a troca de experiências com profissionais de outras localidades e até da capital.

Já na área da educação, o PE-Conectado vai permitir uma maior integração entre a escola e os pais de alunos. “A ideia é que os familiares possam controlar desde a assiduidade do estudante, as suas notas até o cardápio ofertado nas escolas de Pernambuco, isso tudo através de torpedos no celular”, explicou Dantas. O professor também sai ganhando com a reformulação do projeto, ficará mais fácil baixar aulas pela internet e ter acesso aos principais conteúdos da rede.

O benefício será sentido diretamente pelo cidadão pernambucano, que terá cada vez mais a tecnologia como aliada. “Uma gestão moderna precisa estar em sintonia com as mudanças e o PE-Conectado permitirá a integração desses serviços a partir da oferta da infra-estrutura necessária para as principais secretarias que prestam serviços diariamente à população”, concluiu.

Hoje existem dois contratos em vigor no Estado. Um que oferece serviço de telefonia móvel e outro que provê serviços de telecomunicações integrando dados, voz e videoconferência, projeto denominado Rede PE-Multidigital. O investimento previsto para o exercício de 2011 é de cerca de R\$ 60 milhões que virão de verba de custeio.



Programa PE-Conectado

eConsig. A solução em consignações.

Flexível e transparente, ágil e seguro, simples e inovador. Assim é o eConsig, o Sistema Digital de Consignações da Zetrasoft. Presente em mais de 15 estados brasileiros com aproximadamente 3 milhões de servidores públicos atendidos. Além de modernizar e organizar o processo operacional de consignações, trabalha de acordo com a sua demanda, contemplando todo tipo de desconto facultativo. Conheça o eConsig. Seja qual for o desafio, ele consegue resolver.



MATRIZ
Rua Pernambuco, 1077 – 7º Andar
Funcionários – CEP: 30130-151 – BH / MG
Tel.: (31) 3194-7700 - Fax.: (31) 3194-7724

FILIAL SP
Av. Roque Petroni Júnior, 1089 – Sls. 402 e 404
Morumbi – CEP: 04707-900 – São Paulo / SP
Tel.: (11) 5181-7095
www.zetrasoft.com.br



RIO DE
JANEIRO

Estado adota nova logística no abastecimento de combustíveis

Veículos deixarão de usar bombas dos batalhões e serão abastecidos em 38 postos com bandeira BR

ROBERTA MACHADO VIEIRA (SEPLAG/RJ) ■

Um novo modelo de abastecimento de combustíveis está sendo implantado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (Seplag-RJ). O objetivo é gerar maior mobilidade e agilidade. O modelo em vigor iniciou em 2006, quando o estado licitou a compra de combustível, vencida pela Petrobras, tendo sido estabelecido, em contrato, que a empresa forneceria um controle eletrônico de frota.

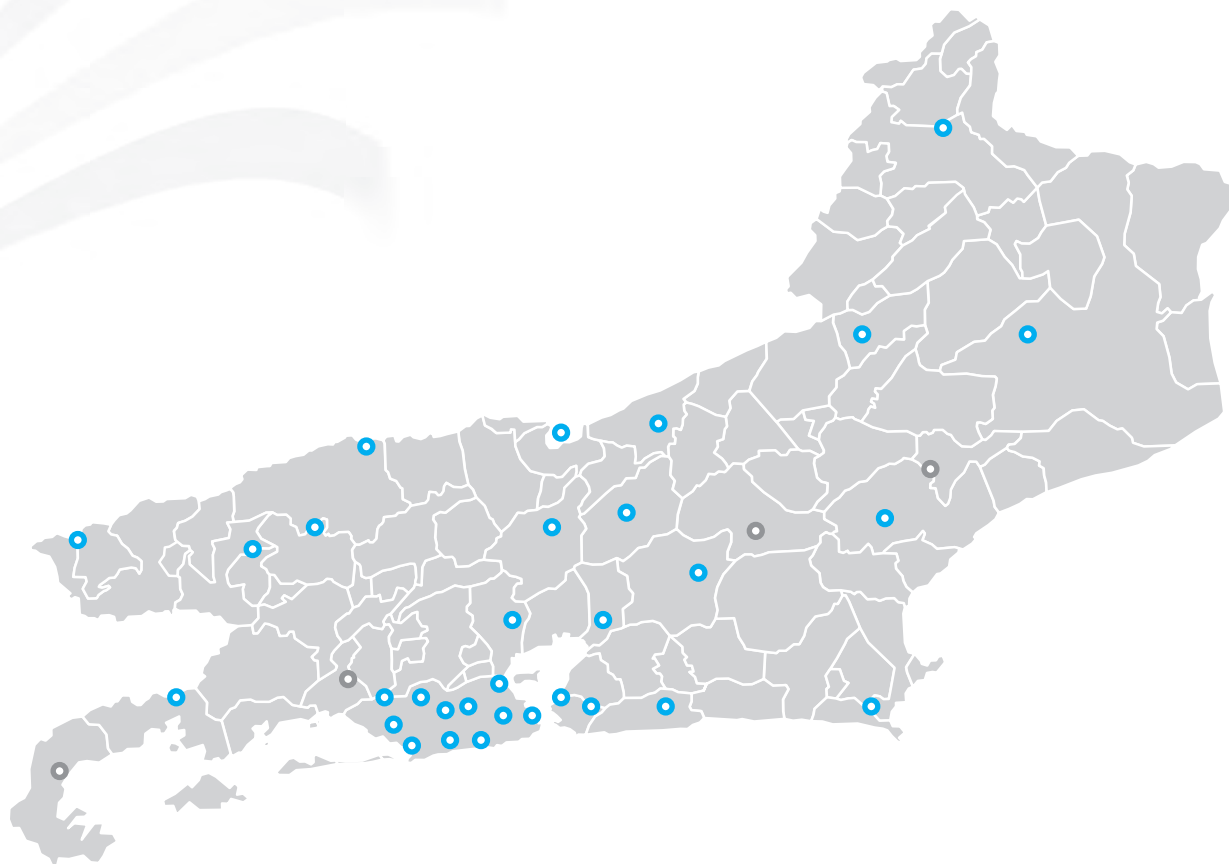
Com a contratação do sistema, a leitura do odômetro e da quantidade abastecida passou a ser eletrônica, dispensando o lançamento manual das informações. Esse sistema veio evoluindo e gerando maior controle, na capacidade logística dos postos e dos órgãos. Em função do aumento significativo da frota do estado, com acréscimo de quatro mil veículos desde 2008, e dos problemas operacionais enfrentados pelos batalhões para abastecer todos os carros, foi estabelecida essa nova metodologia.

O novo modelo entra em vigor a partir de julho de 2011 e vai utilizar postos da rede credenciada com bandeira BR para todos os veículos utilizados pelo governo do estado, exceto os da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros, que continuarão utilizando o sistema de abastecimento atual, também contemplado com Controle Total de Frota (CTF). Antes, os veículos só podiam ser abastecidos nos batalhões e delegacias, o que impactava na logística dos quartéis e não atendia de forma eficaz a todo o quantitativo da frota – atualmente, 12 mil veículos.

Inicialmente, 38 postos farão o atendimento dos veículos com CTF, método eletrônico de controle do abastecimento. Serão utilizados 13 postos na capital e 25 no interior, com possibilidade de abastecimento em um raio máximo de 40 quilômetros e em todo o território do estado. A medida vai reduzir o número de deslocamentos aos postos e uma economia de tempo e recursos.



A partir de julho, veículos do Estado serão abastecidos em postos da BR com CTF



Para o subsecretário de Recursos Logísticos da Seplag-RJ, Fábio Nunes, “nos últimos quatro anos melhoramos a eficiência no controle de combustíveis e agora é hora de buscarmos eficiência na distribuição e no atendimento à frota, neste primeiro momento, em parceria com a Petrobras. Em paralelo, vamos efetuar um amplo diagnóstico da logística de transportes do estado, com o objetivo de ampliar as possibilidades de abastecimento e não ficarmos vinculados somente aos postos da BR”.

De acordo com o superintendente de Logística Setorial da Seplag-RJ, Pedro Motta, a medida vai melhorar o abastecimento dos veículos, pois como há uma sobrecarga nos batalhões, nem sempre é possível abastecer. “Hoje a Seplag trabalha com a previsão de cada órgão, comprando os volumes solicitados e armazenando nas corporações para consumo ao longo do tempo. O motorista não vai mais precisar circular à procura de postos disponíveis para abastecimento, o que vai gerar uma economia de tempo e combustível. Além disso, o órgão só vai pagar o que efetivamente está consumindo, deixando de comprar por estimativa; com isso, os gestores terão mais condições de controlar a frota”, disse ele.

A fim de esclarecer as principais alterações, a Seplag-RJ fez, em junho, um treinamento com os gestores de frota de cada órgão. Ao todo, há 70 gestores em todo o estado e o treinamento foi feito em turmas de 15. Segundo Motta, a partir de julho será feita a mudança das primeiras frotas, começando pela Seplag-RJ, para que até o final de agosto todos os órgãos estejam no novo modelo.

Resumindo, os três principais ganhos na logística serão os seguintes: não existirá mais restrição de horário e volume de combustível, o consumo não será mais limitado à reserva técnica da PM, da Polícia Civil ou do Corpo de Bombeiros e haverá uma melhor logística de abastecimento na capital e, principalmente, no interior. Todas essas melhorias vão dar maior dinamismo e controle no processo logístico de abastecimento de veículos, facilitando a sistemática para os diversos órgãos do Estado do Rio de Janeiro.



Pedro Motta e Fábio Nunes (de gravata), durante o treinamento de uma turma dos 70 gestores de frota do Estado

Novo Plano Plurianual do Estado conta com a participação de todos os órgãos

Comissões Setoriais foram criadas para o desenvolvimento do Plano Plurianual 2012-2015

Por Roberta Machado Vieira | Seplag-RJ ■

A Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (Seplag-RJ) vem se empenhando, desde o início deste ano, em atribuir uma nova forma de fazer o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015. O novo método foi possível com a criação de Comissões Setoriais, estabelecidas pelo Decreto 42.808/11, de forma a mobilizar todas as áreas das secretarias do governo no alinhamento do Plano.

Com a mudança, saem as antigas Áreas de Resultado para os projetos estratégicos do governo e entram os setores responsáveis pelas políticas públicas do governo. Antes da criação das comissões, o processo de elaboração do PPA era feito pelo setor operacional das secretarias e unidades do estado. Segundo a subsecretária de Planejamento da Seplag-RJ, Cláudia Uchôa, o novo modelo fez com que o nível de decisão das secretarias participasse do processo.

Na área de Segurança, por exemplo, os representantes da comissão são todos os Subsecretários. “Hoje, cabe à secretaria ter a direção”, disse. Nas comissões, o presidente é o representante de cada área setorial e o vice-presidente, um representante da Subsecretaria de Planejamento (SBPL). É uma composição mista, em que a Seplag-RJ compõe na íntegra a Comissão Central e as secretarias e suas vinculadas, com a participação de técnicos da SUBPL, compõem as Comissões Setoriais. Segundo Cláudia Uchôa, a Comissão Setorial não elabora o PPA, mas motiva a secretaria e suas vinculadas a trabalhar o processo de planejamento.

No dia 9 de junho, o secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Ruy Barbosa, e a secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão, Lucia Falcón, participaram da reunião “Diálogos Federativos” da Região Sudeste, realizado no Rio. O encontro visou à integração dos Planos Plurianuais (PPAs) do Governo Federal, de Estados e Municípios da região. Segundo Sérgio Ruy Barbosa, o empenho em estabelecer esse diálogo irá produzir insumos importantes para todos e somar esforços

junto à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo PPA do Governo Federal.

O Plano Plurianual 2012-2015 do estado começou a ser elaborado este ano e, conforme a legislação vigente, começa a vigorar no segundo ano do atual mandato. Como o Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, elaborado no início da primeira gestão Sérgio Cabral, tem cenários e metas para 20 anos, de 2007 a 2027, a Subsecretaria de Planejamento precisa identificar as

mudanças que influenciam na direção a ser tomada. “Hoje temos a realidade de Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016 e a questão do pré-sal. Isso muda a direção”, afirmou Cláudia Uchôa. Em junho, o planejamento foi fechado para que possa orientar a elaboração do Orçamento. Para isso, é preciso rever o que foi planejado, se existem recursos disponíveis, entre outros aspectos. “O Planejamento é um processo contínuo e sempre é preciso ter uma adaptação. As secretarias estão focadas em fazer e não em pensar em fazer. Isso é o que estamos mudando”, apontou.

O processo teve início com o estabelecimento por cada secretaria de um macro-objetivo, que é a direção do órgão para o quadriênio. O macro-objetivo é ligado aos compromissos estabelecidos pelo



“HOJE TEMOS A REALIDADE DE COPA DO MUNDO DE 2014, OLIMPÍADAS DE 2016 E A QUESTÃO DO PRÉ-SAL. ISSO MUDA A DIREÇÃO”

CLÁUDIA UCHÔA





CLAUDIA ELIAS/SEPLAG-RJ

Cláudia Uchôa, subsecretária de Planejamento: “As secretarias estão focadas em fazer e não em pensar em fazer. Isso é o que estamos mudando”

governador e, por meio dele, são gerados os objetivos setoriais. “Quando recorremos à área, é com a nossa interpretação. A proposta é identificada a partir do macro-objetivo, seja fazendo a leitura do plano de governo e da carta-compromisso ou vendo as entrevistas e outros materiais que servem de insumo”, disse Cláudia.

Para alinhar o macro-objetivo com os objetivos setoriais, e melhor qualificar o PPA, técnicos da SUBPL entrevistaram os secretários de estado, representantes da academia, prefeitos e representantes da sociedade civil de notório saber, que ampliaram nosso conhecimento sobre o estado.

Os objetivos setoriais são os condutores da programação. Há um macro-objetivo para cada secretaria, ou seja, um compromisso assumido na área. Finalizados os macro-objetivos, eles serão apresentados para o governador para ratificar os compromissos. Isso

evita que o governo estabeleça uma prioridade e as secretarias outra, o que antes acabava acontecendo. “É um processo de planejamento. Vamos trabalhar quatro anos e aperfeiçoar a cada instante. O objetivo é conquistar o setorial para trabalharmos juntos”, disse Cláudia Uchôa.

Quando o Plano Plurianual for encaminhado, no mês de setembro, a comissão continuará com o seu trabalho. Esse trabalho não é só o Orçamento, mas também envolve Recursos Humanos, Logística e outras áreas. O objetivo é criar uma carteira de projetos das secretarias, já que entre o momento da idéia e a sua colocação no Orçamento estadual existe um percurso de gestão. Por exemplo: se o governo vai fazer um programa de habitação popular, é preciso levar em consideração, entre outros fatores, o projeto da casa, onde será construída, a disponibilidade de terreno e a hora da concepção e implantação do projeto.

Antes mesmo da criação das comissões, o primeiro passo do processo de mudança no planejamento foi o desenvolvimento do Manual de Elaboração do Plano Plurianual, feito pelos técnicos da SUBPL, inclusive os aprovados em concurso público. O manual pode ser encontrado no site da Secretaria (www.rj.gov.br/web/seplag) e é a orientação técnica da elaboração do PPA. O planejamento do Estado do Rio de Janeiro está sendo aprimorado na sua elaboração e execução para que o resultado esteja alinhado com o compromisso estabelecido com a população. Para isso, é preciso planejar sempre, conhecendo o cenário macro-econômico, identificando nas áreas as oportunidades e ameaças, e analisando os diversos aspectos para uma boa gestão.



CLAUDIA ELIAS/SEPLAG-RJ

Sérgio Ruy Barbosa e Lúcia Falcón durante a reunião “Diálogos Federativos”, no Rio de Janeiro



WALTER FAGUNDES (A3COM/SARH)

Instalação Câmara Setorial da Segurança do Codipe abriu diálogo com servidores da área



RIO GRANDE
DO SUL

Governo estadual cria Comitê de Diálogo Permanente

Instrumento visa estabelecer uma nova cultura para gestão de conflitos

COMUNICAÇÃO/SARH ■

Servidores públicos do RS ganharam uma nova ferramenta de diálogo com o governo estadual. Instituído em março de 2011, através de Decreto do governador Tarso Genro, o Comitê de Diálogo Permanente (Codipe) é um instrumento de interlocução do governo gaúcho com os servidores públicos, através de suas entidades representativas, para o estabelecimento de diretrizes gerais que norteiem a construção de políticas para o funcionalismo.

Coordenado pela Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, o Pleno do Comitê é constituído por representantes de outras 8 secretarias de estado e de 45 entidades representativas de todas as categorias do serviço público estadual.

A iniciativa que tomou como referência a experiência das Mesas de Negociação Permanente, propostas pelo Governo Federal para construir acordos entre os gestores e as diferentes categorias de servidores públicos, responde a emergência de se retomar o diálogo com o funcionalismo, depois de um longo período de tensionamentos e ausência de espaços formais de interlocução.

Conceitualmente, o Codipe também se propõe a estabelecer uma política de concertação e a trabalhar as questões do funcionalismo público a partir de uma visão ampla do estado, evitando recorrer ao expediente da negociação compartimentalizada, principal

responsável pela fragmentação dos planos de carreira, cargos e salários no Estado. A criação do Comitê também pretende aprofundar o debate com os servidores para além dos temas meramente salariais, que também estão previstos no seu escopo.

O Codipe integra o que o atual governo nomeou Sistema de Participação Cidadã, espaços de participação e instâncias de debate existentes no Rio Grande do Sul que incluem 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), espaços de discussão e decisão a respeito de políticas e ações sobre o desenvolvimento regional; o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo não-estatal composto por 90 integrantes, que representam os mais variados setores da sociedade e compõem Câmaras Setoriais, cujo papel é analisar, debater e propor diretrizes ao governo. Além do Orçamento Participativo e do Gabinete Digital, espaço virtual onde as pessoas elaboram questões diretamente ao governador e a pergunta mais votada é respondida diretamente em vídeo no final de cada mês.

Os debates do Codipe têm previsão de ocorrer mensalmente e acontecem em dois espaços: um mais amplo, que trata de temas como concepção do Estado e dos serviços públicos, a relação dos servidores com o estado, o programa do governo eleito e sua relação com os servidores; outro mais específico, funcional e de gestão de pessoas, composto por câmaras temáticas e setoriais. As câmaras temáticas tratam de temas como: Saúde do Trabalhador, Previdência, capacitação continuada, Convenção 151 – OIT, modernização e tecnologia e diretrizes para planos de cargos, carreiras e salários. Já as setoriais abordam assuntos específicos dos diversos quadros de pessoal do estado, tais como: Segurança, Educação, Saúde, Quadro

Geral, técnicos-científicos e empregados das fundações públicas de direito privado e companhias.

“A proposta do governo com a criação do Codipe não é instrumentalizar os sindicatos ou represar demandas das categorias, pelo contrário, nós queremos produzir acordos, a partir de diálogos. É claro que estamos falando de uma nova lógica nas relações entre governo e os servidores públicos gaúchos, que passaram por um período de truculência na relação. De outro lado, também lidamos com a conjuntura política de cada categoria. Então, é um processo que precisa ser construído passo a passo, que sofrerá resistência, mas que guarda um imenso potencial, na medida em que for compreendido como estratégico pelas categorias” afirma a secretária da Administração e dos Recursos Humanos, Stela Farias.



Secretária reúne-se com representantes dos servidores para discutir funcionamento do Codipe

Os desafios

A situação funcional dos servidores públicos gaúchos compreende a existência de mais de 40 quadros de pessoal da Administração Direta e Indireta. A maioria dos planos de carreiras e de cargos existentes foram criados e estruturados sem uma diretriz ou modelo formal. Há problemas em todas as áreas, desde a aplicação do aporte conceitual e legal, passando pelos mecanismos de recrutamento e seleção, pelos critérios e instrumentos de avaliação de desempenho objetivando a progressão funcional e a elaboração de programas de desenvolvimento, até as estruturas e composição das tabelas remuneratórias.

A ausência de um modelo formal como diretriz para as carreiras públicas possibilitou ao longo das décadas que questões salariais fossem tratadas de forma casuística, pragmática e urgente, o que causou disparidades entre as

diversas categorias de servidores públicos. Sem diretrizes, perdeu-se a visão e o compromisso com a gestão do conjunto dos servidores, atuando-se apenas sobre determinados segmentos.

A desorganização administrativa na gestão de pessoas e a falta de diretrizes de carreiras para o serviço público estadual contribuíram para a desvalorização institucional do servidor público e, por decorrência, dos serviços por estes prestados.

A conjuntura exposta demonstra alguns dos principais desafios do Codipe na construção de um quadro de valorização do servidor público, que precisa ser construído com base no diálogo com todas as categorias da administração direta e indireta do serviço público estadual no Rio Grande do Sul.



Secretária Ana Luciola Franco com secretários municipais



RORAIMA

Segad investe em canais de comunicação para se aproximar do servidor

Estado amplia seu relacionamento com a categoria através de mídias sociais, rádio e eventos

COMUNICAÇÃO/SEGAD ■

O aperfeiçoamento dos canais de comunicação com o servidor representa um dos maiores investimentos realizado pela Secretaria da Gestão Estratégica e Administração (Segad) do estado de Roraima. Seja através das redes sociais (Facebook e Twitter) ou de um programa de rádio, ou ainda saindo da esfera governamental e estreitando os laços com órgãos de gestão municipais do estado, como foi realizado com o I Encontro de Secretários Municipais de Administração, em abril desse ano.

O encontro reuniu dez dos 15 secretários de Administração dos municípios do estado de Roraima. Um marco para os gestores municipais, que puderam expor suas maiores dúvidas e, com isso, conseguir parcerias e inovações para a melhoria do trabalho em seus domínios. Segundo a secretária estadual Ana Lucíola Vieira Franco, Roraima possui um dos menores contingentes de servidores do país: 15.618 entre efetivos, comissionados e temporários. Portanto, abrem-se grandes

possibilidades de entrosamento entre as esferas estadual e municipal, na troca de informações e novas diretrizes de gestão pública, contribuindo para sanar problemas básicos.

O I Encontro de Secretários Municipais teve a participação das Secretarias de Articulação Municipal e Política Urbana, Planejamento e Desenvolvimento e representantes da Comissão Permanente de Licitação. As dúvidas dos participantes, em sua maioria há pouco tempo nos cargos, eram principalmente acerca de licitações, concursos, acúmulos de cargos e administração da folha de pagamento.

A secretária Ana Lucíola explicou que, por causa do Programa “Caravana da Segad” – realizado com o intuito de aproximar a Pasta e os servidores que atuam nos interior do estado –, algumas questões já haviam sido detectadas. “De antemão, sabíamos de algumas necessidades dos secretários. Dessa forma, nos antecipamos ao encontro e levamos profissionais de vários setores que puderam esclarecer dúvidas e também indicar caminhos para solucionar velhos problemas”, disse ela.



COM A NOSSA VIVÊNCIA PODEMOS
COLABORAR POSITIVAMENTE, DIVIDINDO
EXPERIÊNCIAS OU MESMO ENVIANDO
PROFISSIONAIS AOS MUNICÍPIOS COMO
CONSULTORES NAS MAIS DIVERSAS
ÁREAS DE GESTÃO PÚBLICA.

ANA LUCÍOLA



Durante a realização do evento, foi proposta a criação do Conselho de Secretários Municipais de Administração e já foi definida a data para o próximo encontro. “Como os servidores estaduais, os servidores municipais passam pelos mesmos problemas. Com a nossa vivência podemos colaborar positivamente, dividindo experiências ou mesmo enviando profissionais aos municípios como consultores nas mais diversas áreas de gestão pública. O nosso estado ainda é pequeno e isso é uma ótima oportunidade para crescermos nivelados no que tange a gestão pública”, explicou.

Redes Sociais

A Segad lançou em maio, de forma experimental, um perfil no Facebook e no Twitter para esclarecer dúvidas dos servidores. A participação tem sido surpreendente, com novos seguidores a cada dia. O trabalho é realizado pela assessoria de imprensa, que mantém diariamente os sites informados com dicas sobre os mais variados serviços prestados pela pasta.

Segundo a secretária Ana Lucíola, as redes sociais têm sido um importante canal de comunicação interpessoal. “Por que não utilizar esses mecanismos para diminuir a distância entre a administração e os servidores? Acredito que conseguiremos abrir cada vez mais canais de comunicação e, dessa forma, atualizá-los sobre tudo que ocorre, sem deixar que se perca qualquer um dos seus benefícios”, disse ela.

Momento do Servidor

Pensando em ampliar ainda mais esses canais, em junho a Segad participa da programação diária da Rádio Difusora de Roraima com o programa “Momento do Servidor”. A emissora tem alcance em todo o estado, indo aos lugares mais longínquos, levando informação e entretenimento.

“Existem municípios que são quase inacessíveis, como Uiramutã. Para se chegar lá são horas de viagem em estrada íngreme e perigosa. Através das ondas do rádio, conseguiremos chegar aos seus lares ou ao seu ambiente de trabalho e, quem sabe, auxiliá-los em qualquer situação que estejam vivendo” afirmou a secretária. O Programa será apresentado também pela equipe da assessoria de imprensa com a presença dos próprios servidores, em especial aqueles de áreas estratégicas para o assunto.



JAMES TAVARES

Secretário Milton Martini



SANTA
CATARINA

Santa Catarina aposta na Educação à Distância para capacitação de servidores

No início de 2011, programa obteve grande salto na adesão de inscritos

JÚLIA ZANATTA ■

Ciente da importância da constante atualização do servidor público e preocupado com a economia do estado, o Governo de Santa Catarina, através de sua Secretaria de Administração, adotou o projeto de Educação à Distância (EAD) como modelo de capacitação de pessoal. Com maior investimento na comunicação direta com o servidor e fornecendo informações sobre os cursos

oferecidos, em 2011 essa modalidade de capacitação obteve um salto em adesão. De novembro do ano passado até abril deste ano, a Diretoria da Escola de Administração Pública (DEAP) registrou 23.181 inscrições em cursos. O acréscimo, após adotar um novo modelo sem a presença do tutor (assíncronos), foi de 3.000 %, com uma média de 937 inscrições por curso. Somente o curso de

Redação Oficial teve um crescimento de 150% nas inscrições num período de três meses: de 400 servidores em dezembro de 2010 para 1 mil em março de 2011.

Além do sucesso de inscrições, outro resultado prático da EAD foi a significativa redução de custos. No curso de Redação Oficial, por exemplo, a economia foi possível devido ao alto número de inscritos. O custo total da compra do conteúdo foi de R\$ 75 mil. Até abril deste ano, 2.983 servidores fizeram o curso, o que leva a um custo de R\$ 25,14 por servidor. No mercado, este mesmo curso foi orçado em R\$ 887 por aluno. Além disso, o mesmo conteúdo do curso pode ser usado outras vezes, o que diminuirá ainda mais o valor unitário por servidor. Até o momento, é possível perceber uma economia de 97%.

Para o secretário de Administração, Milton Martini, uma gestão pautada em resultado deve utilizar todos os recursos disponíveis. “A EAD dispensa a logística de salas de capacitação, deslocamento, diárias, passagens, entre outros gastos, se comparada com a modalidade presencial. Isso representa uma economia para os cofres públicos e ao mesmo tempo não deixamos nossos servidores desatualizados”, afirma ele, que destaca ainda: “Queremos aprimorar a ferramenta ainda mais, já que foi bem aceita pelos servidores e virou uma realidade no serviço público catarinense”.

Inserido no contexto da otimização de tempo e custos gerada pela EAD, o diretor da Escola de Administração Pública Sérgio Ribeiro Dias, também docente de uma universidade da região de Florianópolis, acredita que iniciou “um projeto sem volta”. Sérgio conta que, inicialmente, os cursos eram semipresenciais, devido ao receio existente sobre a adesão dos servidores, mas que logo puderam ministrar os cursos à distância por conta da “grande receptividade”.



Diretor Sérgio Dias Ribeiro



QUEREMOS APRIMORAR A
FERRAMENTA AINDA MAIS, JÁ QUE
FOI BEM ACEITA PELOS SERVIDORES E
VIROU UMA REALIDADE NO SERVIÇO
PÚBLICO CATARINENSE.

MILTON MARTINI



Logo no princípio, ainda em fase de testes, em 2006, o projeto teve uma abrangência limitada. Desde então, diversas plataformas foram utilizadas e o trabalho foi aprimorado gradativamente, na medida em que se notavam as reais necessidades do servidor. O projeto teve um salto significativo de adesão e qualidade com uma simples mudança de estratégia. Na etapa inicial, todos os cursos eram síncronos, ou seja, havia sempre um tutor responsável que interagiu em cada curso, o que limitava o tamanho das turmas na média de 30 alunos servidores. “Isso, por si só, era um grande limitador para quem tem um público de 80 mil servidores”, lembra Sérgio. A opção adotada foi abrir inscrições por ordem de recepção no sistema. Em média, as inscrições se encerravam em 20 segundos. Essa limitação gerou uma grande insatisfação por parte dos servidores que não viam suas inscrições validadas.

Assim que o Governo do estado percebeu que, para a realidade catarinense, os cursos síncronos não representavam a melhor estratégia, decidiu-se optar pelos cursos assíncronos (sem tutores). Com isso, aumentou a necessidade de se adquirir conteúdos de capacitação, de forma que as turmas possibilitassem inscrições ilimitadas. O desafio foi criar um padrão de cursos que fosse ao mesmo tempo atrativo, de boa qualidade, que desafiasse o servidor e que pudesse certificá-lo ao fim do processo, mediante uma avaliação. Para que esse objetivo fosse alcançado, em 2010, foram licitados os conteúdos necessários para a realidade apresentada.

Desde então, diversos cursos já foram oferecidos aos servidores, como Ética no Serviço Público, Noções de Direito Constitucional, Noções de Liderança, Administração do Tempo, Noções de Direito Administrativo, Gestão de Projetos, Redação Oficial, Planejamento Estratégico e Qualidade no atendimento.



Em pé, Secretário Julio Semeghini (Gestão); na mesa, da esquerda para a direita: Secretário Herman Voorwald (Educação), Governador Geraldo Alckmin e Secretário Sidney Beraldo (Casa Civil).



Equilibrando merecimento e responsabilidade fiscal

Governo do Estado de SP coloca definição das políticas de remuneração dos servidores como pauta prioritária

COMUNICAÇÃO/SGP ■

A discussão e a definição de políticas salariais é uma das mais importantes atribuições da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo. A busca pelo equilíbrio entre a merecida valorização do servidor e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal faz dessa tarefa um desafio constante. Considerada uma questão prioritária pelo governo Geraldo Alckmin, ações que beneficiem o

magistério já se materializaram em projetos de lei enviados à Assembleia Legislativa neste primeiro semestre.

Um dos projetos para o magistério contempla um plano de aumento salarial de 42,2% até 2014. Serão 13,8% já em julho deste ano, mais 10,2% no ano que vem, 6% em 2013 e 7% em 2014. A medida, se

aprovada, deve entrar em vigor a partir de 1º de julho. Um professor de educação básica em início de carreira que hoje recebe R\$ 1.665,00 por 40 horas semanais chegará, em 2014, a R\$ 2.368,00.

Além disso, a partir do próximo ano, não haverá mais o limite de 20% do contingente para promoção. Todos os profissionais do magistério aprovados no processo de avaliação de mérito serão promovidos. Além disso, outros indicadores de desempenho irão contar na progressão do profissional, que passará a ter oito níveis de carreira, com um aumento 10,5% em cada um deles. Com isso, será possível chegar a um acréscimo de até 183% ao longo da carreira.

Essas medidas têm como objetivo não só garantir a permanência em salas de aula dos profissionais da rede estadual, mas fazer com que a carreira de magistério seja atraente para os jovens.

Outro projeto prevê a reestruturação do quadro de apoio escolar e a criação de 10 mil vagas de agentes de organização escolar, com o objetivo de fortalecer a gestão da escola. “Com o fortalecimento da escola em seu suporte administrativo e operacional, os diretores poderão se dedicar efetivamente ao seu papel, que é o de acompanhar de perto as questões pedagógicas”, diz o secretário de Gestão Pública, Julio Semeghini.

Para o pessoal do quadro de apoio -- agentes de organização escolar, merendeira, assistente de administração escolar, secretário de escola --, só este ano serão 21% de aumento. Em 2012 serão mais 5%, em 2013, 6%, e em 2014, mais 7%.



Etecs oferecem laboratórios modernos aos alunos

Muito além de salários

Como se vê, as propostas para a Educação vão muito além de salários e criação de cargos. Passam por toda uma reestruturação e valorização do ensino público, o que envolve diretamente os servidores. Propostas como essas deverão chegar em breve às demais categorias de servidores estaduais, em especial àqueles que se dedicam às áreas mais próximas aos cidadãos, como Saúde e Segurança Pública.

Recursos garantidos

Os recursos necessários para a política salarial da rede estadual de ensino proposta no Projeto de Lei Complementar já estão contemplados no Orçamento do Estado para a Educação de 2011 e serão inseridos no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, sempre levando em consideração os limites constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ensino profissionalizante

Professores e funcionários das escolas e faculdades de ensino profissionalizante (Etecs e Fatecs) também deverão receber neste ano reajuste salarial de 11%. Além disso, foi proposto um reenquadramento que permitirá o aumento do piso salarial dos docentes e auxiliares de docente, significando um aumento de 24% para profissionais em início de carreira. Os últimos ajustes estão sendo finalizados para que esse projeto de lei também seja enviado à Assembleia Legislativa antes do recesso parlamentar. As medidas deverão alcançar mais de 17 mil profissionais.

O caminho para se chegar a números e propostas pelo menos com um mínimo de consenso entre os interesses dos servidores e as possibilidades financeiras do Estado não é fácil. São inúmeras discussões, projeções e estudos em reuniões das quais participam o secretário de Gestão, os secretários das pastas interessadas, além de equipes técnicas e representantes dos servidores.



TOCANTINS

Governo tocantinense faz aposta no servidor público

Nova gestão realiza reforma administrativa e investe no capital humano do Estado

COMUNICAÇÃO/SGP ■

Visando uma administração pública eficiente, o Governo do Tocantins, ao longo destes primeiros meses de 2011, realizou uma reforma administrativa nas pastas que compõem o governo. Além da extinção de secretarias que não atenderiam o atual modelo de gestão, foram criadas novas pastas – como a das Oportunidades e das Cidades e do Desenvolvimento Urbano –, e realizadas algumas fusões – caso da Secretaria da Juventude com Esportes e da Secretaria da Segurança Pública com Justiça e Cidadania. Foram estabelecidas também novas estruturas para os órgãos do Poder Executivo.

Neste novo perfil, a Secretaria da Administração (Secad) tem desempenhado importante papel, em parceria com demais gestores do governo – em especial da Fazenda, Sandro Rogério Ferreira, e do Planejamento e Modernização da Gestão Pública, Eduardo Siqueira Campos.

Neste contexto de modernização da gestão pública, o Secretário de Administração, Lúcio Mascarenhas, enfatiza os estudos realizados pelos técnicos da Secad, que embasam a adoção de melhores práticas de gestão, além de orientar os demais secretários sobre as contratações temporárias. “São medidas que visam sanear o



Gestores da Secad e diretores da operadora do Plansaúde durante reunião técnica

Estado, para que se comece a investir no desenvolvimento do Tocantins”, explica, usando como exemplos a construção de hospitais e escolas de tempo integral.

Investimento no servidor público

Uma das prioridades da atual gestão é manter e melhorar os benefícios conquistados pelos servidores públicos. Neste contexto, a Secad vem realizando um importante trabalho interno que beneficia todos os servidores. São medidas voltadas para o aprimoramento de procedimentos e atendimentos, incluindo a agilidade no fechamento da folha de pagamento, licenças, transferências de lotação e outras ações afins.

Ocupação de cargos estratégicos

O governo vem apostando cada vez mais no seu quadro de pessoal, investimento que pode ser visto no aumento do número de servidores



Governador Siqueira Campos

de carreira ocupando cargos estratégicos, gerenciais e operacionais do Poder Executivo: passaram de 20% para 48% os cargos nomeados e funções de confiança destinadas especificamente aos efetivos.

Esta valorização pode ser comprovada no aspecto financeiro. Hoje, no nível fundamental, o valor mínimo pago é de R\$ 600,00, superando o salário mínimo nacional.

Progressões

A mudança de governo não alterou os projetos e benefícios recebidos pelos servidores. Isto pode ser visto na manutenção dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCRs) em vigência.

São 4.762 servidores aptos a progressão em junho deste ano, sendo 42,36% pertencentes ao nível elementar, 47,09% ao nível médio e 10,54% ao nível superior. Do total, 3.317 receberão 22% referentes a progressão vertical e 1.469 terão 5% referente a progressão horizontal. Um benefício financeiro que retorna à sociedade em forma de bom atendimento e, consequentemente, desenvolvimento do Estado.

Concursos e contratos

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal determinou prazo ao Governo do Estado para que seguisse a legislação, que não permite a permanência de servidor comissionado em função devida aos servidores efetivos. Para que fosse possível seguir a lei, a atual gestão fez um difícil exercício de matemática, promovendo exonerações, contratos temporários, chamando candidatos aprovados em cadastro de reserva de duas áreas - Saúde e

Educação - e organizando um novo concurso para o Quadro Geral.

A determinação do governador Siqueira Campos junto à Secad e à Casa Civil é que o novo concurso do Quadro Geral ocorra visando normalizar a situação dos cargos que por lei devem ser ocupados por servidores efetivos. Outra orientação é que tudo ocorra observando critérios rígidos de organização, transparência e responsabilidade.

Plansaúde

O Plansaúde – Plano de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - passou por reformulação, com a meta de melhorar a prestação de serviços, atrair maior número de profissionais associados e buscar excelência do atendimento aos mais de 91 mil usuários, entre servidores públicos e seus dependentes.

O principal fato, que trouxe economia ao Estado e eficiência no atendimento, foi a mudança na relação Governo-Prestadora, com pagamentos feitos rigorosamente em dia. O prazo para pagamento dos prestadores de serviço foi reduzido pela metade e o valor da consulta médica atualizado, assim como a tabela de procedimentos hospitalares e odontológicos. Tudo isso sem necessidade de repasse aos usuários. Da mesma forma, os usuários continuam contando com o atendimento no Distrito Federal e nos estados vizinhos de Goiás e Maranhão.

Todas as decisões foram negociadas junto aos representantes da operadora do plano, da rede hospitalar regional, além de sindicatos dos médicos e outras entidades classistas.

Governador prioriza gestão pública de qualidade

No quarto mandato e com experiência redobrada, Siqueira Campos (PSDB) assumiu o Governo do Estado do Tocantins dizendo: “eu não quero falhar, eu não tenho direito de falhar”. A afirmação vem ao encontro da nova gestão implantada no Estado e que já neste primeiro semestre tem surtido efeito mais do que positivo.

Ações como priorizar servidores de carreira em cargos de direção e empossar secretários de Estado com técnica suficiente para dar consistência aos objetivos e metas do Governo estão entre as várias medidas adotadas. Outra tomada de decisão importante de Siqueira Campos foi adotar a reforma administrativa com a extinção e fusão de secretarias para que atendessem o atual modelo de gestão.

No balanço de seus primeiros 100 dias à frente do Executivo, em abril, o Governador considerou sua administra-

ção como positiva, citando como conquistas a redução de gastos com a folha de pagamento dos servidores, a retomada de projetos na área da fruticultura e piscicultura, a restauração da credibilidade do Estado, o traçado de estratégias para o desenvolvimento, a retomada da questão das Zonas de Processamento de Exportação, além da criação dos conselhos de Desenvolvimento Econômico (CDE) e de Coordenação de Programas e Projetos Estratégicos (Coppe).

Essas, e muitas outras ações em áreas estratégicas como Educação, Saúde, Infra-Estrutura e Segurança visam a modernização, a economicidade e a transparência da administração pública no Tocantins. A priorização de uma gestão de qualidade está proporcionando a consolidação da missão maior do Governador: o desenvolvimento do Estado resultando em qualidade de vida do cidadão.

Garanta o sucesso da sua gestão RH e Folha de Pagamento integrados



Implante o Ergon

- Utilizado por prefeituras de varias capitais:
São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre
- Um em cada três Estados brasileiros já utiliza o Ergon
Mais de dois milhões de funcionários gerenciados
- Auditoria continuada da Folha de Pagamento
RH e Folha de Pagamento integrados



EXPEDIENTE

PRESIDÊNCIA

Presidente: Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins- Rio de Janeiro

Primeiro Vice-Presidente: Eduardo Diogo - Ceará

Segundo Vice-Presidente: Stela Farias - Rio Grande do Sul

JUNTA FISCAL

Denílson Bento da Costa - Distrito Federal

Cezar Roberto Zilio - Mato Grosso

Alice Viana Soares - Pará

CONSELHEIROS – MEMBROS DO CONSAD

ACRE - Flora Valladares Coelho

Secretária de Estado de Gestão Administrativa

ALAGOAS - Alexandre Lages Cavalcante

Secretário de Estado da Gestão Pública

AMAPÁ - Sebastião Cristovam Fortes Magalhães

Secretário de Estado da Administração

AMAZONAS - Lígia Abrahim Fraxe Licatti

Secretária de Estado de Administração e Gestão

BAHIA - Manoel Vitorio da Silva Filho

Secretário de Estado da Administração

CEARÁ - Eduardo Diogo

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

DISTRITO FEDERAL - Denílson Bento da Costa

Secretário de Estado da Administração Pública

ESPÍRITO SANTO - Heráclito Amâncio Pereira Júnior

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

GOIÁS - Giuseppe Vecchi

Secretário de Estado de Gestão e Planejamento

MARANHÃO - Fabio Godim

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

MATO GROSSO - Cezar Roberto Zilio

Secretário de Estado da Administração

MATO GROSSO DO SUL - Thie Higuchi Viegas dos Santos

Secretária de Estado da Administração

MINAS GERAIS - Renata Maria Paes de Vilhena

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

PARÁ - Alice Viana Soares

Secretária de Estado da Administração

PARAÍBA - Gilberto Carneiro da Gama

Secretário de Estado da Administração

PARANÁ - Luiz Eduardo Sebatiani

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

PERNAMBUCO - José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira

Secretário de Estado da Administração

PIAUÍ - Paulo Ivan da Silva Santos

Secretário de Estado da Administração

RIO DE JANEIRO - Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

RIO GRANDE DO NORTE - José Ancelmo de Carvalho Júnior

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

RIO GRANDE DO SUL - Stela Farias

Secretária de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

RONDÔNIA - Vera Lucia Paixão

Secretária de Estado da Administração

RORAIMA - Ana Luciola Vieira Franco

Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração

SANTA CATARINA - Milton Martine

Secretário de Estado da Administração

SÃO PAULO - Julio Semeghini

Secretário de Estado da Gestão Pública

SERGIPE - José de Oliveira Júnior

Secretário de Estado do Planejamento e Gestão

TOCANTINS - Lucio Mascarenhas Martins

Secretário de Estado da Administração

REVISTA

Edição: FSB Comunicações

Projeto gráfico e diagramação: FSB Comunicações

Matérias: As matérias e fotografias desta revista foram cedidas pelos assessores de comunicação dos estados publicados nesta edição.

Impressão: Gráfica Alpha

Tiragem: 1.500 exemplares

REVISTA GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO

Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – Consad

Endereços: SRTVS – quadra 701, lote 4, bloco O, entrada A, salas 128/130

Cep 70 340 000 Brasília/DF

Telefax (61) 3322 5520

E-mail: consad@consad.org.br

Site: www.consad.org.br

Secretária-Executiva: Iracy Gomes Nunes